



Anais da Assembléia

Nº 149

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Sales Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 78/92.

Curitiba, 14 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 27 664.000.000.00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com construção, reconstrução, ampliação, melhoria, reparos e aquisição de equipamentos para unidades escolares.

Esclareço também os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano. Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bonaturra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Emilia Belinati, Eurides Moura e Mário Bezerra. (09). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Heinz Herwig (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

0 SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL 01		CRS 1 000,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILIT	VALOR	IN DOI	IPROCI	ICOP I
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	I	
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
	I	I	I I I		I	I	
3470	FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DOI	I	I I I		I	I	
	IPARANA - FUNDEPAR	I	I I I		I	I	
2632	EXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO	I	I I I		I	I	
	IDA REDE FISICA ESCOLAR	I	4130.001611	27.664.000	10431	I	
TOTAL					27.664.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
I ANEXO						CRS 1.000,00		I	

I I				*-----*				*-----*	
I I				I INATUREZA I I I				I IN. DO I	
I CODIGO I		I ESPECIFICACAO		I DA IFTIDI		I VALOR		I PROCI	
I I				I DESPESA I IRI				I COP I	

I 3400		I SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO		I I I I				I I	
I I		I- ENTIDADES VINCULADAS		I I I I				I I	
I I				I I I I				I I	
I 3470		I FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO		I I I I				I I	
I I		I PARANA - FUNDEPAR		I I I I				I I	
I 1084		I CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE		I I I I				I I	
I I		I ESCOLAS INTEGRAIS DO PARANA		I 4130.00 I 16 I I		I 27.664.000		I 0431 I	

I T O T A L I						I 27.664.000			

Cr\$ 6.468.750,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e cinquenta cruzeiros); pelo exercício de encargos especiais; e a partir de 1º de novembro de 1992 em Cr\$ 14.062.500,00 (quatorze milhões, sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), sendo Cr\$ 5.976.562,50 (cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos). de vencimento básico e Cr\$ 8.085.937,50 (oito milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros e cinquenta centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 3º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 3.019,00 (três mil e dezenove cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992, e em Cr\$ 3.774,00 (três mil e setecentos e setenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros), em 1º de outubro de 1992 e para Cr\$ 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), em 1º de novembro de 1992.

Ar. 4º - Os valores da Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 62,50 (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, em 30% (trinta por cento) sobre os valores vigentes em setembro de 1992; e

II - a partir de 1º de novembro de 1992, em 25%, (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em outubro de 1992.

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 94.055,00 (noventa e quatro mil e cinquenta e cinco cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992, e em Cr\$ 117.569,00 (cento e dezessete mil e quinhentos e sessenta e nove cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992.

Art. 6º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 9.109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º, da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 6.651,29 (seis mil, seiscentos e cinquenta e um cruzeiros e vinte e nove centavos), a partir de 1º de outubro de 1992 e em Cr\$ 8.314,11 (oito mil, trezentos e quatorze cruzeiros e onze centavos), a partir de 1º de novembro de 1992.

Ar. 7º - O artigo 95 da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, alterado pelo artigo 4º da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, alterado pelo artigo 4º da Lei nº 9.108, de 03 de novembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 - O prêmio de produtividade

não poderá ultrapassar o valor correspondente ao de 600 (seiscentas) quotas.

Art. 8º - Para fins de aplicação do limitador constitucional da remuneração dos integrantes das Carreiras de Procurador do Estado e de Delegado de Polícia, não serão observados os percentuais entre as respectivas classes.

Art. 9º - A tabela única de vencimentos e salários do pessoal regido pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e do pessoal da administração direta e das autarquias regida pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, fica alterada na forma do disposto na Tabela II dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 10 - O enquadramento dos atuais servidores do Padrão I-IV e J-IV, da Tabela alterada de acordo com o disposto no artigo anterior, far-se-à no padrão I-III e J-III, respectivamente, mediante aplicação do seguinte critério:

Referência atual	Referência nova
1, 2, 3, 4, e 5	1
6	2
7	3
8	4
9	5
10	6
11	7

Art. 11 - Os salários dos sevidores ocupantes de empregos do Ballet Teatro Guaíra e da Orquestra Sinfônica do Paraná são, respectivamente, os fixados de conformidade com as Tabelas XIII e XIV, constantes dos anexos I e II, da presente Lei.

Art. 12 - A Secretaria de Estado de Administração regulamentará o enquadramento dos sevidores nas tabelas de que trata o artigo anterior, efetuando alterações de nomenclatura e avaliação dos empregos.

Art. 13 - Ficam criadas as seguintes gratificações de funções a serem atribuídas aos integrantes do Ballet Teatro Guaíra e da Orquestra Sinfônica do Paraná, calculadas sobre salário-base da referência 1, Classes O e B, das respectivas tabelas salariais, conforme o disposto abaixo:

I - Ballet Teatro Guaíra

Qtde	Denominação	Índice
C2	Ensaaiador de Dança	10%
C3	Assistente de Coreógrafo	20%
C4	Assistente de Maitre	20%
C5	Maitre de Ballet	30%
C6	Diretor de Ballet	35%

II - Orquestra Sinfônica do Paraná

Qtde	Denominação	Índice
O8	Assistente de Chefe de Naípe	10%
O5	Concertino	10%

04	Spalla II	20%
08	Chefe de Naípe	20%
03	Solista	20%
02	Spalla I	30%
02	Maestro Adjunto	35%
01	Maestro Titular	40%

Parágrafo Único - As gratificações a que se refere este artigo serão pagas enquanto no efetivo exercício da função, não se incorporando ao salário, nem computadas para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 14. A ajuda de Custo para Manutenção de Instrumentos e Vestuário atribuída aos integrantes da Orquestra Sinfônica do Paraná, fica fixada em Cr\$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil cruzeiros) a partir de 1º de outubro de 1992 e em Cr\$ 1.584.000,00 (um milhão e quinhentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992, reajustada na mesma época e no índice de reajuste da respectiva tabela salarial.

Parágrafo Único, A ajuda de custo de que trata este artigo é de natureza indenizatória. Não incorporável aos salários, nem computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever pratificações de atividade aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do artigo 1º, desta Lei, revogadas as disposições em contrário.

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992

TABELA I

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E C.T. TECNICO ADMINISTRATIVO

A) VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	734.357,09	763.731,38	794.280,63	826.051,86	859.093,93	893.457,69	929.196,00	966.363,83	1.005.018,39	1.045.219,12	1.087.027,89
B	807.792,79	840.104,50	873.708,66	906.657,03	945.003,31	982.803,44	1.022.115,58	1.063.000,20	1.105.520,21	1.149.741,02	1.195.730,66
C	724.228,02	753.197,14	783.325,03	814.658,03	847.244,35	881.134,12	916.379,49	953.034,67	991.156,05	1.030.802,30	1.072.034,39
D	796.650,02	828.516,05	861.657,53	896.123,83	931.968,78	969.247,53	1.008.017,44	1.048.338,13	1.090.271,66	1.133.885,53	1.179.237,83
E	876.315,90	911.368,54	947.823,26	985.736,21	1.025.165,66	1.066.172,29	1.108.819,18	1.153.171,95	1.199.298,02	1.247.270,70	1.297.161,61
F	903.947,49	1.002.505,39	1.042.605,61	1.084.309,83	1.127.682,23	1.172.789,52	1.219.701,10	1.268.409,14	1.319.228,71	1.371.997,86	1.426.877,77
G	1.139.576,73	1.185.161,88	1.232.568,35	1.281.871,09	1.333.145,93	1.386.471,77	1.441.930,64	1.499.607,86	1.559.592,18	1.621.975,86	1.686.854,90
H	1.413.077,62	1.469.600,73	1.528.384,76	1.589.520,15	1.653.100,95	1.719.224,99	1.787.993,99	1.859.513,75	1.933.894,30	2.011.250,07	2.091.700,08
I-III	2.670.620,94	2.777.445,78	2.888.543,61	3.004.085,35	3.124.248,77	3.249.218,72	3.379.187,46	3.514.354,96	3.654.929,16	3.801.126,33	3.953.171,38
I-IV	3.134.080,50	3.259.443,72	3.389.821,46	3.525.414,32	3.666.430,90	3.813.088,13	3.965.611,66	4.124.236,12	4.289.205,57	4.460.773,79	4.639.204,74
I-V	3.593.050,10	3.737.604,11	3.887.108,27	4.042.592,60	4.204.296,31	4.372.468,16	4.547.366,89	4.729.261,56	4.918.432,02	5.115.169,31	5.319.776,08

B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS											
PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	550,767.82	572,798.53	595,710.47	619,538.89	644,320.45	670,093.27	696,897.00	724,772.88	753,763.79	783,914.34	815,270.92
B	605,844.60	639,078.39	655,281.52	681,492.78	708,752.49	737,102.59	766,586.70	797,250.16	829,140.17	862,385.78	896,798.01
C	543,171.02	564,897.86	587,493.78	610,993.53	635,433.27	660,850.60	687,284.62	714,776.01	743,367.05	773,101.73	804,025.00
D	597,488.12	621,387.65	646,240.15	672,092.88	698,976.59	726,935.66	756,013.08	786,253.61	817,703.75	850,411.90	884,428.38
E	657,236.93	683,526.41	710,867.47	739,302.17	768,874.25	799,629.22	831,614.39	864,878.97	899,474.13	935,453.09	972,871.22
F	722,900.63	751,879.05	781,954.21	813,232.30	845,711.65	879,592.15	914,775.83	951,366.87	989,421.54	1,028,998.40	1,070,158.34
G	854,684.05	888,871.42	924,426.27	961,403.52	999,859.40	1,039,853.80	1,081,417.99	1,124,705.91	1,169,694.14	1,216,401.91	1,265,141.19
H	1,059,800.23	1,102,200.56	1,146,208.58	1,192,140.12	1,239,825.78	1,289,416.76	1,340,995.51	1,394,635.30	1,450,420.74	1,508,437.57	1,568,775.07
I-III	2,002,915.70	2,063,004.30	2,166,407.71	2,253,064.01	2,343,186.57	2,436,914.04	2,534,396.86	2,635,766.22	2,741,196.07	2,850,844.75	2,964,878.54
I-IV	2,350,560.37	2,444,582.79	2,542,366.10	2,644,060.74	2,749,823.17	2,859,816.10	2,974,208.74	3,093,177.09	3,216,904.18	3,345,586.34	3,479,483.56
I-V	2,695,387.58	2,803,203.00	2,915,331.20	3,031,944.45	3,153,222.23	3,279,351.12	3,410,525.17	3,546,946.17	3,688,824.02	3,836,376.98	3,989,832.06

C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS											
J-III	1,816,022.24	1,888,663.13	1,964,209.65	2,042,778.04	2,124,409.16	2,209,468.70	2,297,847.40	2,389,761.37	2,485,351.83	2,584,765.90	2,688,156.54
J-IV	2,131,174.74	2,216,421.73	2,305,078.60	2,397,281.74	2,493,173.01	2,592,899.90	2,696,615.93	2,804,400.50	2,916,659.79	3,033,326.18	3,154,659.22
J-V	2,443,818.07	2,541,570.79	2,643,233.60	2,748,962.97	2,858,921.45	2,973,278.35	3,092,209.40	3,215,897.80	3,344,533.76	3,478,315.13	3,617,447.73

ANEXO I

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIG. OUTUBRO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	351,000.00
02	358,020.00
03	365,180.40
04	372,484.01
05	379,933.69
06	387,532.36
07	395,283.01
08	403,188.67
09	411,252.44
10	419,477.49
11	427,867.04
12	436,424.38
13	445,152.87
14	454,055.93
15	463,137.05
16	472,399.79
17	481,847.78
18	491,484.74
19	501,314.43
20	511,340.72
21	521,567.54
22	531,998.89
23	542,638.86
24	553,491.64
25	564,561.47
26	575,852.70
27	587,369.76
28	599,117.15
29	611,099.50
30	623,321.49

ANEXO I

VIG.: OUTUBRO DE 1992

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1.....	2,380,101.74
	DAS-2.....	2,180,263.88
	DAS-3.....	2,009,649.36
	DAS-4.....	1,777,620.08
	DAS-5.....	1,601,459.22

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C.....	1,033,488.34
	2-C.....	954,478.15
	3-C.....	881,085.30
	4-C.....	813,839.29
	5-C.....	765,008.93
	6-C.....	719,108.39
	7-C.....	675,961.89
	8-C.....	605,404.18
	9-C.....	597,279.93
	10-C.....	561,443.10
	11-C.....	533,370.97
	12-C.....	506,702.42
	13-C.....	481,367.30
	14-C.....	457,298.94
	15-C.....	434,433.99

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO	1-F.....	60,439.57
	2-F.....	51,306.81
	3-F.....	45,243.06
	4-F.....	36,316.54
	5-F.....	33,189.79
	6-F.....	27,093.03
	7-F.....	21,037.53
	8-F.....	18,158.27
	9-F.....	14,825.27
	10-F.....	12,020.26

ANEXO I

IG. OUTUBRO DE 1992

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	554,275.36	637,416.66	764,899.99	879,634.99	1,011,580.24
2	581,989.13	669,287.49	803,144.99	923,616.74	1,062,159.25
3	611,088.58	702,751.87	843,302.24	969,797.58	1,115,267.22
4	641,643.01	737,889.46	885,467.36	1,018,287.46	1,171,030.58
5	673,725.16	774,783.94	929,740.72	1,069,201.83	1,229,582.11
6	707,411.42	813,523.13	976,227.76	1,122,661.92	1,291,061.21
7	742,781.99	854,199.29	1,025,039.15	1,178,795.02	1,355,614.27
8	779,921.09	896,909.25	1,076,291.10	1,237,734.77	1,423,394.99
9	818,917.15	941,754.72	1,130,105.66	1,299,621.51	1,494,564.74
10	859,863.00	988,842.45	1,186,610.94	1,364,602.58	1,569,292.97
11	902,856.15	1,038,284.58	1,245,941.49	1,432,832.71	1,647,757.62

ANEXO I

VIG. 10/92 TABELA V

QUADRO UNICO

PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	415,706.52	471,134.04
2	428,177.71	485,268.06
3	441,023.05	499,826.10
4	454,253.74	514,820.89
5	467,881.35	530,265.51
6	481,917.79	546,173.48
7	496,375.32	562,558.68
8	511,264.58	579,435.44
9	526,604.58	596,818.51
10	542,402.72	614,723.06
	558,480	633,115.15

ANEXO I

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992

TABELA VI

INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA

107

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	734,330.00	779,442.56	827,326.49	876,152.15	922,100.16	989,362.43	1,050,142.49	1,114,656.53	1,183,133.91	1,255,818.04	1,332,967.46
B	674,310.00	715,735.29	759,705.46	806,376.91	855,935.51	908,497.49	964,309.72	1,023,550.75	1,086,431.17	1,153,174.50	1,224,018.16
C	759,705.40	806,376.92	855,935.53	906,497.51	964,309.75	1,023,550.77	1,086,431.14	1,153,174.53	1,224,018.20	1,299,214.00	1,379,029.39
D	855,935.55	906,497.52	964,309.76	1,023,550.77	1,086,431.16	1,153,174.54	1,224,018.10	1,299,214.01	1,379,029.42	1,463,748.10	1,553,671.42
E	964,309.00	1,023,550.82	1,086,431.19	1,153,174.58	1,224,018.20	1,299,214.05	1,379,029.40	1,463,748.15	1,553,671.48	1,649,119.05	1,750,430.37
F	1,086,431.22	1,153,174.61	1,224,018.23	1,299,214.08	1,379,029.43	1,463,748.19	1,553,671.45	1,649,119.09	1,750,430.43	1,857,965.00	1,972,107.12
G	2,930,565.05	3,110,600.21	3,301,695.46	3,504,530.53	3,719,826.31	3,948,348.67	4,190,909.78	4,448,372.50	4,721,652.07	5,011,719.97	5,319,607.92
GT	2,197,923.79	2,332,950.16	2,476,271.59	2,629,397.90	2,789,869.74	2,961,261.50	3,143,102.34	3,336,279.37	3,541,239.66	3,758,789.98	3,989,765.98
GV	1,465,282.50	1,555,300.11	1,650,847.73	1,762,265.26	1,889,933.16	1,974,174.33	2,095,454.89	2,224,186.23	2,366,826.04	2,505,859.99	2,659,803.98
GP	2,930,565.05	3,110,600.21	3,301,695.46	3,504,530.53	3,719,826.31	3,948,348.67	4,190,909.78	4,448,372.50	4,721,652.07	5,011,719.97	5,319,607.92

ANEXO II

IVIG.: OUTUBRO DE 1992

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	1,059,503.86
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	722,388.99
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	481,592.66
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	801,137.13
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	546,229.86
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	364,153.24
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	667,614.28
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	455,191.55
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	303,461.03

ANEXO I

PROFESSORES CELETISTAS		TABELA VIII
VIG.: OUTUBRO DE 1992		
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HONORAVULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	12,391.86
	LICENCIATURA CURTA	9,376.02
	INAO LICENCIADO	7,808.35
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAESTRIU DE 2o. GRAU	611,088.58

ANEXO I

TABELA IX								
SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR								
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992								
DESCRICAO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
IP01 PROF. AUXILIAR N.1	2,664,248.96	2,264,611.62	1,864,974.27	1,598,549.38	1,332,124.48	799,274.69	666,062.24	599,456.82
IP02 PROF. AUXILIAR N.2	2,744,176.43	2,332,549.97	1,920,923.50	1,646,505.86	1,372,088.22	823,252.93	686,044.11	617,439.70
IP03 PROF. AUXILIAR N.3	2,824,501.72	2,402,526.47	1,978,351.21	1,695,901.03	1,413,250.86	847,950.52	706,625.43	635,962.89
IP04 PROF. AUXILIAR N.4	2,911,296.78	2,474,602.26	2,037,907.74	1,746,778.07	1,455,640.39	873,389.03	727,824.19	655,041.77
IP01 PROF. ASSISTENTE N.1	3,506,948.03	2,900,905.82	2,454,863.62	2,104,168.82	1,753,474.01	1,052,004.41	876,737.01	789,063.31
IP02 PROF. ASSISTENTE N.2	3,612,156.47	3,070,333.00	2,520,509.53	2,167,293.88	1,806,078.23	1,083,646.94	903,039.12	812,735.21
IP03 PROF. ASSISTENTE N.3	3,720,521.16	3,162,442.99	2,604,364.81	2,232,312.70	1,860,260.58	1,116,156.35	930,136.29	837,117.26
IP04 PROF. ASSISTENTE N.4	3,832,136.00	3,257,316.28	2,682,495.76	2,299,282.08	1,916,068.40	1,149,641.04	958,834.20	862,230.78
IP01 PROF. ADJUNTO N.1	4,001,225.68	3,469,041.83	2,856,857.97	2,448,735.41	2,040,612.84	1,224,367.70	1,020,306.42	918,275.78
IP02 PROF. ADJUNTO N.2	4,203,662.45	3,573,113.06	2,942,563.71	2,522,197.47	2,101,831.22	1,261,098.73	1,050,915.61	945,824.05
IP03 PROF. ADJUNTO N.3	4,329,772.32	3,680,306.47	3,030,840.63	2,597,863.39	2,164,886.16	1,298,931.70	1,082,443.08	974,198.77
IP04 PROF. ADJUNTO N.4	4,459,665.49	3,790,715.67	3,121,765.84	2,675,799.29	2,229,832.75	1,337,899.65	1,114,916.37	1,003,424.74
IP1 PROF. TITULAR N.1	4,771,841.99	4,056,065.69	3,340,289.39	2,863,105.20	2,385,921.00	1,431,552.60	1,192,960.50	1,073,664.45
IP1 PROF. TITULAR N.2	4,914,997.25	4,177,747.66	3,440,498.08	2,948,998.35	2,457,498.63	1,474,499.18	1,228,749.31	1,105,874.38
IP1 PROF. TITULAR N.3	5,062,447.17	4,303,000.09	3,543,713.02	3,037,468.30	2,531,223.58	1,518,734.15	1,265,611.79	1,139,050.61
IP1 PROF. TITULAR N.4	5,214,320.58	4,432,172.50	3,650,024.41	3,128,592.35	2,607,160.29	1,564,296.18	1,303,500.15	1,173,222.13

VIG.: OUTUBRO DE 1992			TABELA X						
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO									
A - CARGOS EFETIVOS									
	COL.	I	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	3,988,150.06	97	4,021,182.57	98	4,062,215.04	99	4,103,247.53	100
AGENTE FISCAL 1	B	3,816,020.19	93	3,857,052.67	94	3,898,085.15	95	3,939,117.63	96
AGENTE FISCAL 1	A	3,651,890.29	89	3,692,922.77	90	3,733,955.35	91	3,774,987.71	92
AGENTE FISCAL 2	C	3,487,760.40	85	3,528,792.85	86	3,569,825.36	87	3,610,857.78	88
AGENTE FISCAL 2	B	3,323,630.47	81	3,364,662.94	82	3,405,695.45	83	3,446,727.90	84
AGENTE FISCAL 2	A	3,159,500.59	77	3,200,533.08	78	3,241,565.56	79	3,282,597.99	80
AGENTE FISCAL 3	C	2,995,370.68	73	3,036,403.16	74	3,077,435.64	75	3,118,468.12	76
AGENTE FISCAL 3	B	2,831,240.78	69	2,872,273.27	70	2,913,305.73	71	2,954,338.21	72
AGENTE FISCAL 3	A	2,667,110.86	65	2,708,143.34	66	2,749,175.82	67	2,790,208.35	68
AGENTE FISCAL 4	D	1,893,808.75							
AGENTE FISCAL 4	C	1,761,242.14							
AGENTE FISCAL 4	B	1,526,409.82							
AGENTE FISCAL 4	A	1,240,255.33							

B - CARGOS EM COMISSAO		CLICRS	
DIRETOR	A	5,799,256.55	
INSP. GERAL TRIB	B	5,451,301.15	
INSP. GERAL ARRE	B	5,451,301.15	
INSP. GERAL FISC	B	5,451,301.15	
CHEFE DE ASSESSO	B	5,451,301.15	
CONSULTOR TECNICO	C	5,161,338.30	
ASSISTENTE TECNICO	C	5,161,338.30	
DEL. REGIONAL DE	C	5,161,338.30	
AUXILIAR TECNICO	D	4,987,360.64	

ANEXO I

TABELA XIII												107
TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA												
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A	2,137,008.02	2,222,488.34	2,311,387.87	2,403,843.39	2,499,997.12	2,599,997.01	2,703,996.89	2,812,156.77	2,924,643.04	3,041,628.76	3,163,293.91	
B	2,478,929.30	2,578,086.48	2,681,209.93	2,788,458.33	2,899,996.66	3,015,996.53	3,136,636.39	3,262,101.85	3,392,585.92	3,528,289.36	3,669,420.93	
C	2,875,557.99	2,990,580.31	3,110,203.52	3,234,611.66	3,363,996.13	3,498,555.98	3,638,498.22	3,784,038.14	3,935,399.67	4,092,815.66	4,256,528.28	
TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS VALOR HORA AULA												
LARGO/NIVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
PIANISTA/PROF. 2 GR	15,875.50	16,669.27	17,502.73	18,377.87	19,296.76	20,261.60	21,274.68	22,338.42	23,455.34	24,628.10	25,859.51	
PROFESSOR 3 GR	19,844.42	20,836.64	21,878.48	22,972.40	24,121.02	25,327.07	26,593.42	27,923.09	29,319.25	30,785.21	32,324.47	

TABELA XIV												107
TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA												
CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
A	2,137,008.02	2,222,488.34	2,311,387.87	2,403,843.39	2,499,997.12	2,599,997.01	2,703,996.89	2,812,156.77	2,924,643.04	3,041,628.76	3,163,293.91	
B	2,875,557.99	2,990,580.31	3,110,203.52	3,234,611.66	3,363,996.13	3,498,555.98	3,638,498.22	3,784,038.14	3,935,399.67	4,092,815.66	4,256,528.28	

VIG.: OUTUBRO DE 1992
QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

VENCIMENTOS				
C	A	R	C	S
1a CLASSE				
MEDICO LEGISTA				
3,342,436.50				
PERITO CRIMINAL				
3,342,436.50				
QUIMICO LEGAL				
3,342,436.50				
TOXICOLOGISTA				
3,342,436.50				

ANEXO I

TABELA XVI

10. OUTUBRO DE 1992 QUADRO DA POLICIA CIVIL

29

A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE
ETETIVE	1,720,940.63	1,634,893.59	1,553,148.91	1,475,491.47
SCRIVAO DE POLICIA	1,720,940.63	1,634,893.59	1,553,148.91	1,475,491.47
GENTE DE SEGURANCA	1,142,704.58	1,085,569.35	1,031,290.88	979,726.36
DACTILOSCOPISTA	1,434,231.91	1,362,520.32	1,294,394.30	1,229,674.59
ECNICO TELEC. POLICIAIS	1,262,137.85	1,199,030.96	1,139,079.41	1,082,125.44
ECNICO MANUT. POLICIAL	1,142,704.58	1,085,569.35	1,031,290.88	979,726.36
OPERADOR TELEC. POLICIAIS	1,098,117.00	1,043,211.15	991,050.59	941,498.06
IDENTIF. DACTILOSCOP.	1,095,172.60	1,040,413.97	988,393.27	938,973.61
ARCEREIRO	1,095,172.60	1,040,413.97	988,393.27	938,973.61
AUXILIAR MANUT. POLICIAL	1,095,172.60	1,040,413.97	988,393.27	938,973.61
AUXILIAR DE NECROPSIA	1,095,172.60	1,040,413.97	988,393.27	938,973.61
PERITO POLICIAL	1,720,940.63			
COMISSARIO	1,864,467.08			

ANEXO I

ANEXO I

TABELA XVIII										POLICIA MILITAR	
ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA										TABELA XVII	
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS										VIG. OUTUBRO DE 1992	
PLANO 1										VIG. OUTUBRO DE 1992	
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G	POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O	
100	2,813,134.10	2,904,902.62	3,000,055.89	3,098,713.48	3,201,004.29	3,307,066.45	3,417,033.34				
101	3,098,713.48	3,201,004.29	3,307,066.45	3,417,033.34	3,531,056.10	3,649,278.12	3,771,853.90	CORONEL	1.000	2,161,908.68	
102	3,417,033.34	3,531,056.10	3,649,278.12	3,771,853.90	3,898,948.67	4,030,724.14	4,167,359.79				
103	3,771,853.90	3,898,948.67	4,030,724.14	4,167,359.79	4,309,025.49	4,455,911.31	4,608,209.61	TENENTE-CORONEL	.913	1,973,822.61	
104	4,167,359.79	4,309,025.49	4,455,911.31	4,608,209.61	4,766,119.55	4,929,846.61	5,099,603.90	MAJOR	.872	1,885,184.35	
105	4,608,209.61	4,766,119.55	4,929,846.61	5,099,603.90	5,275,621.66	5,458,123.07	5,647,344.64	CAPITAO	.800	1,729,526.93	
106	5,099,603.90	5,275,621.66	5,458,123.07	5,647,344.64	5,843,541.51	6,046,966.77	6,257,890.27				
107	5,647,344.64	5,843,541.51	6,046,966.77	6,257,890.27	6,476,582.07	6,703,329.41	6,938,435.55	10. TENENTE	.731	1,580,355.20	
108	6,257,890.27	6,476,582.07	6,703,329.41	6,938,435.55	7,182,201.96	7,434,949.79	7,697,009.80	20. TENENTE	.658	1,422,535.90	
109	6,938,435.55	7,182,201.96	7,434,949.79	7,697,009.80	7,968,727.92	8,250,454.51	8,542,562.22	ASP. A OFICIAL	.532	1,150,135.41	
110	7,697,009.80	7,968,727.92	8,250,454.51	8,542,562.22	8,845,435.52	9,159,463.56	9,485,604.24	SUBTENENTE	.532	1,150,135.41	
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992											
FUNCOES GRATIFICADAS											
F.G.	V A L O R										
10	3,794,025.69										
9	3,319,772.56										
8	2,845,519.09										
7	2,371,265.69										
6	1,924,252.43										
5	1,539,401.56										
4	1,111,835.93										
3	1,129,468.64										
2	691,231.44										
1	460,820.90										
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992											
CARGOS DE CONFIANCA											
CARGOS CONF.											
10	7,697,009.80										
9	6,938,435.55										
8	6,257,890.27										
7	5,647,344.64										
6	5,099,603.90										
5	4,608,209.61										
4	4,167,359.79										
3	3,771,853.90										
2	3,417,033.34										
1	3,098,713.46										
VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992											
CARGOS DE CONFIANCA											
CARGOS CONF.											
10	7,697,009.80										
9	6,938,435.55										
8	6,257,890.27										
7	5,647,344.64										
6	5,099,603.90										
5	4,608,209.61										
4	4,167,359.79										
3	3,771,853.90										
2	3,417,033.34										
1	3,098,713.46										

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992

TABELA XIX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARAMAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	1,113,289.75	1,145,223.29	1,178,442.04	1,213,005.79	1,248,962.65	1,286,372.74	1,325,294.65
202	1,213,005.79	1,248,962.65	1,286,372.74	1,325,294.65	1,365,784.15	1,407,912.40	1,451,738.55
203	1,325,294.65	1,365,784.15	1,407,912.40	1,451,738.55	1,497,336.55	1,544,774.22	1,594,128.49
204	1,451,738.55	1,497,336.55	1,544,774.22	1,594,128.49	1,645,474.42	1,698,893.99	1,754,467.95
205	1,594,128.49	1,645,474.42	1,698,893.99	1,754,467.95	1,812,289.71	1,872,444.97	1,935,026.06
206	1,754,467.95	1,812,289.71	1,872,444.97	1,935,026.06	2,000,136.66	2,067,874.41	2,138,351.22
207	1,935,026.06	2,000,136.66	2,067,874.41	2,138,351.22	2,211,669.92	2,287,949.46	2,367,309.10
208	2,138,351.22	2,211,669.92	2,287,949.46	2,367,309.10	2,449,870.61	2,535,769.47	2,625,134.51
209	2,367,309.10	2,449,870.61	2,535,769.47	2,625,134.51	2,718,111.15	2,814,835.49	2,915,469.51
210	2,625,134.51	2,718,111.15	2,814,835.49	2,915,469.51	3,020,168.07	3,129,090.22	3,242,411.79
211	2,915,469.51	3,020,168.07	3,129,090.22	3,242,411.79	3,360,310.41	3,482,968.36	3,610,575.64
212	3,242,411.79	3,360,310.41	3,482,968.36	3,610,575.64	3,743,339.75	3,881,460.80	4,025,158.49
213	3,610,575.64	3,743,339.75	3,881,460.80	4,025,158.49	4,174,660.05	4,330,199.15	4,492,016.61

VIGENCIA: OUTUBRO DE 1992

TABELA XX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARAMAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	1,104,027.60	1,125,182.30	1,155,031.99	1,185,992.57	1,210,104.95	1,251,410.71	1,285,954.31
302	1,185,992.57	1,210,104.95	1,251,410.71	1,285,954.31	1,321,761.76	1,358,941.09	1,397,483.65
303	1,285,954.31	1,321,761.76	1,358,941.09	1,397,483.65	1,437,458.34	1,478,918.40	1,521,923.02
304	1,397,483.65	1,437,458.34	1,478,918.40	1,521,923.02	1,566,525.25	1,612,785.70	1,660,767.70
305	1,521,923.02	1,566,525.25	1,612,785.70	1,660,767.70	1,710,533.07	1,762,148.29	1,815,682.45
306	1,660,767.70	1,710,533.07	1,762,148.29	1,815,682.45	1,871,210.15	1,928,800.87	1,988,533.49
307	1,815,682.45	1,871,210.15	1,928,800.87	1,988,533.49	2,050,485.35	2,114,743.26	2,181,386.70
308	1,988,533.49	2,050,485.35	2,114,743.26	2,181,386.70	2,250,512.84	2,322,206.46	2,396,567.69
309	2,181,386.70	2,250,512.84	2,322,206.46	2,396,567.69	2,473,692.50	2,553,684.34	2,636,654.09
310	2,396,567.69	2,473,692.50	2,553,684.34	2,636,654.09	2,722,704.96	2,811,957.59	2,904,530.30
311	2,636,654.09	2,722,704.96	2,811,957.59	2,904,530.30	3,000,546.12	3,100,128.31	3,203,415.61
312	2,904,530.30	3,000,546.12	3,100,128.31	3,203,415.61	3,310,540.39	3,421,652.97	3,536,895.45
313	3,203,415.61	3,310,540.39	3,421,652.97	3,536,895.45	3,656,423.59	3,780,390.34	3,908,978.44

ANEXO II

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

TABELA I

34

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL E CLT TECNICO ADMINISTRATIVO

A) VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	917,923.34	954,640.28	992,825.89	1,032,538.93	1,073,840.48	1,116,794.10	1,161,465.87	1,207,924.50	1,256,241.48	1,306,491.14	1,358,750.78
B	1,009,715.68	1,050,104.31	1,092,108.48	1,135,792.82	1,181,224.53	1,228,473.51	1,277,612.45	1,328,716.95	1,381,865.63	1,437,140.25	1,494,625.86
C	1,110,687.25	1,155,114.74	1,201,319.33	1,249,372.10	1,299,346.98	1,351,320.86	1,405,373.70	1,461,588.65	1,520,052.19	1,580,854.28	1,644,088.45
D	1,221,755.97	1,270,626.21	1,321,451.26	1,374,309.31	1,429,281.68	1,486,452.95	1,545,911.07	1,607,747.51	1,672,057.41	1,738,939.71	1,808,497.29
E	1,343,931.57	1,397,688.83	1,453,596.38	1,511,740.24	1,572,209.85	1,635,098.24	1,700,502.17	1,768,522.26	1,839,263.15	1,912,833.68	1,989,347.02
F	1,478,324.73	1,537,457.71	1,598,956.02	1,662,914.26	1,729,430.83	1,798,608.07	1,870,552.39	1,945,374.49	2,023,189.47	2,104,117.04	2,188,281.73
G	1,747,675.49	1,817,582.51	1,890,285.81	1,965,897.24	2,044,533.13	2,126,314.46	2,211,367.04	2,299,821.72	2,391,814.59	2,487,487.17	2,586,986.66
H	2,167,117.61	2,253,802.31	2,343,954.41	2,437,712.58	2,535,221.08	2,636,629.93	2,742,095.13	2,851,778.93	2,965,850.09	3,084,484.09	3,207,863.45
I-III	4,095,705.41	4,259,533.62	4,429,914.97	4,607,111.57	4,791,396.03	4,983,051.87	5,182,373.95	5,389,668.90	5,605,255.66	5,829,465.89	6,062,644.52
I-IV	4,806,474.12	4,998,733.09	5,198,682.41	5,406,629.71	5,622,894.90	5,847,810.69	6,081,723.12	6,324,992.05	6,577,991.73	6,841,111.40	7,114,755.05
I-V	5,511,583.88	5,732,047.23	5,961,329.12	6,199,782.29	6,447,773.58	6,705,684.52	6,973,911.90	7,252,868.38	7,542,983.11	7,844,702.44	8,158,490.54

B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	688,442.51	715,980.21	744,619.42	774,404.19	805,380.36	837,595.58	871,099.40	905,943.38	942,181.11	979,868.35	1,019,043.09
B	757,286.76	787,578.23	819,081.36	851,844.61	885,918.40	921,355.13	958,209.34	996,537.71	1,036,399.22	1,077,855.19	1,120,969.40
C	833,015.44	866,336.05	900,989.49	937,029.07	974,510.24	1,013,490.65	1,054,030.27	1,096,191.48	1,140,039.14	1,185,440.71	1,233,066.34
D	916,316.98	952,969.66	991,088.44	1,030,731.98	1,071,961.26	1,114,839.71	1,159,433.30	1,205,810.63	1,254,043.06	1,304,204.78	1,356,372.97
E	1,007,948.68	1,048,266.62	1,090,197.29	1,133,805.18	1,179,157.39	1,226,323.68	1,275,376.63	1,326,391.70	1,379,447.36	1,434,625.26	1,492,010.27
F	1,108,743.54	1,153,093.29	1,199,217.02	1,247,185.70	1,297,073.13	1,348,956.05	1,402,914.29	1,459,030.06	1,517,392.10	1,578,007.78	1,641,211.29
G	1,310,756.62	1,363,186.88	1,417,714.36	1,474,422.93	1,533,399.95	1,594,735.84	1,658,525.28	1,724,866.29	1,793,860.94	1,865,615.38	1,940,239.99
H	1,625,338.21	1,690,351.73	1,757,965.80	1,828,284.44	1,901,415.81	1,977,472.45	2,056,571.34	2,138,834.20	2,224,387.57	2,313,363.07	2,405,897.59
I-III	3,071,779.06	3,194,650.22	3,322,436.23	3,455,333.68	3,593,547.02	3,737,288.90	3,886,780.46	4,042,251.68	4,203,941.74	4,372,099.41	4,546,983.39
I-II	3,604,855.59	3,749,049.82	3,899,011.81	4,054,972.28	4,217,171.17	4,385,858.02	4,561,292.34	4,743,744.03	4,933,493.80	5,130,833.55	5,336,066.89
I-I	4,133,687.91	4,299,035.42	4,470,996.84	4,649,836.72	4,835,830.18	5,029,263.39	5,230,433.93	5,439,651.28	5,657,237.34	5,883,526.83	6,118,867.90

C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-III	2,785,079.68	2,896,482.86	3,012,342.18	3,132,835.87	3,258,149.30	3,388,475.27	3,524,014.28	3,664,974.85	3,811,573.85	3,964,036.00	4,122,598.27
J-II	3,268,402.40	3,399,138.50	3,535,104.04	3,676,508.20	3,823,568.53	3,976,511.27	4,135,571.72	4,300,994.59	4,473,034.37	4,651,955.75	4,838,033.98
J-I	3,747,877.04	3,897,792.12	4,053,703.80	4,215,851.95	4,384,486.00	4,559,865.47	4,742,260.09	4,931,950.50	5,129,228.52	5,334,397.66	5,547,773.56

ANEXO II

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIG. 1º NOVEMBRO DE 1992

NIVEL	VALOR
01	447,525.00
02	458,475.50
03	465,605.01
04	474,917.11
05	484,415.45
06	494,103.76
07	503,985.84
08	514,065.55
09	524,346.86
10	534,833.80
11	545,530.48
12	556,441.09
13	567,569.91
14	578,921.31
15	590,499.73
16	602,309.73
17	614,355.92
18	626,641.04
19	639,175.90
20	651,959.42
21	664,998.61
22	678,298.58
23	691,864.55
24	705,701.84
25	719,815.88
26	734,212.20
27	748,896.44
28	763,874.37
29	779,151.86
30	

ANEXO II

VIG.: NOVEMBRO DE 1992 TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SL -
PERIOD - DAS

SIMBOLO	DAS-1.....	2,975,127.17
	DAS-2.....	2,725,329.78
	DAS-3.....	2,512,061.70
	DAS-4.....	2,222,025.10
	DAS-5.....	2,001,824.02

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C.....	1,291,860.42
	2-C.....	1,193,097.69
	3-C.....	1,101,356.63
	4-C.....	1,017,299.11
	5-C.....	956,261.16
	6-C.....	898,885.49
	7-C.....	844,952.30
	8-C.....	794,255.22
	9-C.....	746,599.91
	10-C.....	701,803.91
	11-C.....	666,713.72
	12-C.....	633,378.03
	13-C.....	601,709.10
	14-C.....	571,623.67
	15-C.....	543,042.49

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO	1-F.....	75,549.47
	2-F.....	64,133.52
	3-F.....	56,553.82
	4-F.....	48,395.68
	5-F.....	41,487.24
	6-F.....	33,860.29
	7-F.....	26,296.91
	8-F.....	22,697.64
	9-F.....	18,531.59
	10-F.....	15,025.33

ANEXO II

G. 1 NOVEMBRO DE 1992 TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A-1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	692,844.20	796,770.83	956,124.99	1,099,543.74	1,264,475.36
2	727,486.41	836,609.37	1,003,931.24	1,154,520.93	1,327,699.07
3	763,860.73	878,439.84	1,054,127.80	1,212,246.97	1,394,084.02
4	802,053.76	922,361.83	1,106,834.19	1,272,859.32	1,463,788.22
5	842,156.45	968,479.92	1,162,175.90	1,336,502.29	1,536,977.63
6	884,264.27	1,016,903.92	1,220,284.70	1,403,327.40	1,613,826.52
7	928,477.49	1,067,749.11	1,281,298.93	1,473,493.77	1,694,517.84
8	974,901.36	1,121,136.57	1,345,363.88	1,547,168.46	1,779,243.73
9	1,023,646.43	1,177,193.40	1,412,632.08	1,624,526.89	1,868,205.92
10	1,074,828.75	1,236,053.07	1,483,263.68	1,705,753.23	1,961,616.23
11	1,128,570.19	1,297,855.72	1,557,426.86	1,791,040.89	2,059,697.03

ANEXO II

QUADRO UNICO
 PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	519,633.15	588,917.55
2	551,222.14	606,585.08
3	551,278.81	624,782.63
4	567,817.17	643,526.11
5	584,851.69	662,831.89
6	602,397.04	682,116.85
7	620,469.15	703,198.35
8	639,083.23	724,294.30
9	658,255.73	745,623.13
10	678,569.40	768,403.83
11	698,343.50	791,455.94

ANEXO II

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

TABELA VI

INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	917,009.51	974,278.77	1,034,132.18	1,097,662.65	1,165,095.98	1,236,672.03	1,312,645.19	1,393,285.73	1,478,800.30	1,569,733.18	1,666,167.54
B	1,034,132.17	1,097,662.65	1,165,095.97	1,236,672.02	1,312,645.19	1,393,285.73	1,478,800.30	1,569,733.17	1,666,167.55	1,768,526.15	1,877,173.08
C	1,165,096.01	1,236,672.05	1,312,645.22	1,393,285.75	1,478,800.26	1,569,733.21	1,666,167.51	1,768,526.19	1,877,173.14	1,992,494.57	2,114,900.60
D	1,312,645.25	1,393,285.70	1,478,800.28	1,569,733.23	1,666,167.54	1,768,526.22	1,877,173.00	1,992,494.60	2,114,900.73	2,244,826.61	2,382,734.39
E	1,478,800.1	1,569,733.29	1,666,167.59	1,768,526.29	1,877,173.14	1,992,494.66	2,114,900.79	2,244,826.69	2,382,734.49	2,529,114.35	2,684,406.95
F	1,666,167.64	1,768,526.32	1,877,173.19	1,992,494.71	2,114,900.75	2,244,826.74	2,382,734.44	2,529,114.31	2,684,407.04	2,849,404.63	3,024,453.82
G	1,877,173.66	1,992,494.35	2,114,900.96	2,244,826.45	2,382,734.87	2,529,114.27	2,684,407.73	2,849,407.59	3,024,453.27	3,209,450.86	3,404,498.55
H	2,114,900.66	2,244,826.35	2,382,734.96	2,529,114.45	2,684,407.15	2,849,407.20	3,024,453.10	3,209,450.25	3,404,498.43	3,609,496.02	3,824,543.71
I	2,382,734.74	2,529,114.43	2,684,407.04	2,849,407.10	3,024,453.43	3,209,450.13	3,404,498.06	3,609,496.25	3,824,543.43	4,049,591.02	4,284,638.71
J	2,684,407.03	2,849,407.17	3,024,453.40	3,209,450.27	3,404,498.07	3,609,496.27	3,824,543.73	4,049,591.27	4,284,638.27	4,529,685.86	4,784,733.55
K	3,024,453.66	3,209,450.35	3,404,498.96	3,609,496.14	3,824,543.87	4,049,591.17	4,284,638.67	4,529,685.17	4,784,733.67	5,049,781.26	5,324,828.95

ANEXO II

V

VIG.: NOVEMBRO DE 1992

TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	1,324,379.82
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	902,986.24
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	601,990.83
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	1,001,421.41
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	682,787.33
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	455,191.55
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	834,517.85
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	569,989.44
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	379,326.29

ANEXO II

PRL

TABELA VII

VIG. NOVEMBRO DE 1992

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./8a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	15,489.82
	LICENCIATURA CURTA	11,777.00
	INAO LICENCIADO	9,760.44

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	763,860.73

ANEXO II

TABELA IX

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

DESCRICAO DO CARGO	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
IP41 PROF. AUXILIAR N.1	4,168,570.12	3,543,284.64	2,917,999.09	2,581,142.07	2,084,285.06	1,250,571.04	1,042,142.53	937,926.28
IP42 PROF. AUXILIAR N.2	4,293,627.23	3,649,583.14	3,005,539.06	2,576,176.34	2,146,813.41	1,288,008.17	1,073,406.81	966,066.13
IP43 PROF. AUXILIAR N.3	4,422,436.04	3,759,070.64	3,095,705.23	2,653,461.63	2,211,218.02	1,326,722.61	1,105,609.01	995,048.11
IP44 PROF. AUXILIAR N.4	4,555,109.12	3,871,842.76	3,188,576.39	2,733,065.47	2,277,554.56	1,366,532.74	1,138,777.28	1,024,099.55
IP51 PROF. ASSISTENTE N.1	5,487,084.35	4,664,021.69	3,848,959.04	3,292,250.61	2,743,542.17	1,646,125.30	1,371,771.09	1,234,593.98
IP52 PROF. ASSISTENTE N.2	5,651,696.88	4,803,942.34	3,956,187.81	3,391,018.13	2,825,848.44	1,695,509.06	1,412,924.22	1,271,631.80
IP53 PROF. ASSISTENTE N.3	5,821,247.78	4,948,060.61	4,074,873.45	3,492,748.67	2,910,623.89	1,746,374.33	1,455,311.95	1,309,780.75
IP54 PROF. ASSISTENTE N.4	5,995,885.22	5,096,502.43	4,197,119.65	3,597,531.13	2,997,942.61	1,798,765.56	1,498,971.30	1,349,074.17
IP61 PROF. ADJUNTO N.1	6,385,617.74	5,427,775.08	4,469,932.42	3,831,370.64	3,192,808.87	1,915,685.32	1,596,404.43	1,436,763.99
IP62 PROF. ADJUNTO N.2	6,577,186.27	5,590,608.33	4,604,030.39	3,946,311.76	3,288,593.13	1,973,155.08	1,644,296.57	1,479,866.91
IP63 PROF. ADJUNTO N.3	6,774,501.86	5,758,326.58	4,742,151.30	4,064,701.11	3,387,250.93	2,032,350.56	1,693,625.46	1,524,262.92
IP64 PROF. ADJUNTO N.4	6,977,736.91	5,931,076.37	4,804,415.84	4,186,642.15	3,488,868.46	2,093,321.07	1,744,434.23	1,569,990.80
IP71 PROF. TITULAR N.1	7,466,178.36	6,346,251.61	5,226,324.85	4,479,707.02	3,733,009.18	2,239,853.51	1,866,544.59	1,679,890.13
IP72 PROF. TITULAR N.2	7,690,163.71	6,536,639.16	5,383,114.60	4,614,098.23	3,845,081.86	2,307,049.11	1,922,540.93	1,730,286.84
IP73 PROF. TITULAR N.3	7,920,868.63	6,732,738.33	5,544,600.04	4,752,521.18	3,960,434.31	2,376,260.59	1,980,217.16	1,782,195.44
IP74 PROF. TITULAR N.4	8,158,494.68	6,934,720.48	5,710,946.28	4,895,096.81	4,079,247.34	2,447,548.41	2,039,623.67	1,835,661.30

VIG.: NOVEMBRO DE 1992

TABELA X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	ICL	IND	II	IND	III	IND	IV	IND
AGENTE FISCAL 1	C	4,975,187.56	97	5,026,476.22	98	5,077,768.88	99	5,129,059.41
AGENTE FISCAL 1	B	4,770,025.24	96	4,821,315.84	94	4,872,606.42	93	4,923,897.04
AGENTE FISCAL 1	A	4,564,862.86	89	4,616,153.47	90	4,667,444.16	91	4,718,734.64
AGENTE FISCAL 2	C	4,359,700.50	85	4,410,991.07	86	4,462,281.69	87	4,513,572.24
AGENTE FISCAL 2	B	4,154,538.09	81	4,205,828.68	82	4,257,119.31	83	4,308,409.88
AGENTE FISCAL 2	A	3,949,375.74	77	4,000,666.35	78	4,051,956.95	79	4,103,247.50
AGENTE FISCAL 3	C	3,744,213.36	73	3,795,503.95	74	3,846,794.55	75	3,898,085.15
AGENTE FISCAL 3	B	3,539,050.98	69	3,590,341.58	70	3,641,632.17	71	3,692,922.76
AGENTE FISCAL 3	A	3,333,888.58	65	3,385,179.18	66	3,436,469.78	67	3,487,760.43
AGENTE FISCAL 4	C	2,367,260.94						
AGENTE FISCAL 4	B	2,201,112.67						
AGENTE FISCAL 4	A	1,995,964.29						
AGENTE FISCAL 4	A	1,550,319.17						

B - CARGOS EM COMISSAO

	CLICRS
DIRETOR	A 7,249,070.69
INSP. GERAL TRIB	B 6,814,126.44
INSP. GERAL AKRE	B 6,814,126.44
INSP. GERAL FISC	B 6,814,126.44
CHEFE DE ASSESSO	B 6,814,126.44
CONSULTOR TECNICO	C 6,451,672.87
ASSISTENTE TECNICO	C 6,451,672.87
DEL. REGIONAL DE	C 6,451,672.87
AUXILIAR TECNICO	B 6,234,200.80

ANEXO II

TABELA XI

PILOTOS											
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992											
NIVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	5.071.093.75	6.047.226.56	6.228.643.36	6.415.502.66	6.607.967.74	6.806.206.77	7.010.392.98	7.220.704.76	7.437.325.91	7.660.445.68	7.890.259.06
B	5.195.660.98	5.351.530.81	5.512.076.74	5.677.439.04	5.847.762.21	6.023.195.08	6.203.890.93	6.390.007.66	6.581.707.89	6.779.159.12	6.982.533.90
C	4.597.927.59	4.735.865.42	4.877.941.38	5.024.279.63	5.175.008.01	5.330.258.25	5.490.166.00	5.654.870.98	5.824.517.11	5.999.252.63	6.179.230.20
D	4.068.762.48	4.191.031.36	4.316.762.30	4.446.265.17	4.579.653.12	4.717.042.72	4.850.554.00	5.004.310.62	5.154.439.94	5.309.073.14	5.468.345.33
E	2.906.401.77	2.993.593.02	3.083.401.63	3.175.903.68	3.271.180.79	3.369.316.22	3.470.395.70	3.574.507.57	3.681.742.00	3.792.195.09	3.905.960.94

ANEXO II

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS	
VIG.: NOVEMBRO DE 1992	
ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	3.025.948.60
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	2.874.651.17
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	2.730.918.62
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	2.594.372.68
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	2.464.654.05

ANEXO II

VIGÊNCIA NOVEMBRO DE 1992

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUARARA

107

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	2.943.298.70	3.061.030.65	3.183.471.87	3.310.810.75	3.443.243.18	3.580.972.91	3.724.211.82	3.873.180.30	4.028.107.51	4.189.231.81	4.356.801.08
B	3.414.226.49	3.550.795.55	3.692.827.37	3.840.540.47	3.994.162.09	4.153.928.57	4.320.085.71	4.492.889.14	4.672.604.71	4.859.508.90	5.053.889.25
C	3.960.502.73	4.118.922.84	4.283.679.75	4.455.026.94	4.633.228.02	4.818.557.14	5.011.299.43	5.211.751.41	5.420.221.46	5.637.030.32	5.862.511.53

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS VALOR HORA AULA

CARGO/NÍVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTA/PROF. 2 GR	21.346.90	25.564.25	26.842.46	28.194.59	29.593.82	31.073.51	32.627.18	34.258.54	35.971.47	37.770.04	39.659.59
PROFESSOR 3 GR	30.433.71	31.955.40	33.553.17	35.230.82	36.992.37	38.841.98	40.784.08	42.823.27	44.964.45	47.212.67	49.573.31

ANEXO II

VIGÊNCIA NOVEMBRO DE 1992

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ

107

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	2.943.298.70	3.061.030.65	3.183.471.87	3.310.810.75	3.443.243.18	3.580.972.91	3.724.211.82	3.873.180.30	4.028.107.51	4.189.231.81	4.356.801.08
B	3.414.226.49	3.550.795.55	3.692.827.37	3.840.540.47	3.994.162.09	4.153.928.57	4.320.085.71	4.492.889.14	4.672.604.71	4.859.508.90	5.053.889.25
C	3.960.502.73	4.118.922.84	4.283.679.75	4.455.026.94	4.633.228.02	4.818.557.14	5.011.299.43	5.211.751.41	5.420.221.46	5.637.030.32	5.862.511.53

ANEXO II

TABELA XV

VIG. NOVEMBRO DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	4,178,045.63	3,979,214.52	3,780,122.48	3,577,901.05
PERITO CRIMINAL	4,178,045.63	3,979,214.52	3,780,122.48	3,577,901.05
QUIMICO LEGAL	4,178,045.63	3,979,214.52	3,780,122.48	3,577,901.05
TOXICOLOGISTA	4,178,045.63	3,979,214.52	3,780,122.48	3,577,901.05

ANEXO II

TABELA XVI

3. NOVEMBRO DE 1992

QUADRO DA POLICIA CIVIL

A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
DETETIVE	2,151,175.78	2,043,616.99	1,941,436.14	1,844,364.34
CONDUTOR DE POLICIA	2,151,175.78	2,043,616.99	1,941,436.14	1,844,364.34
AGENTE DE SEGURANCA	1,428,380.72	1,356,961.68	1,289,113.60	1,224,657.92
DACTILOSCOPISTA	1,792,789.89	1,703,150.40	1,617,992.88	1,537,093.23
TELEFONISTA POLICIAIS	1,577,672.31	1,498,788.70	1,423,849.26	1,352,656.80
MANUT. POLICIAL	1,428,380.72	1,356,961.68	1,289,113.60	1,224,657.92
CONDUTOR TELEF. POLICIAIS	1,372,646.25	1,304,013.94	1,238,813.24	1,176,872.58
AGENTE DACTILOSCOP.	1,368,965.75	1,300,517.46	1,235,491.59	1,173,717.01
LABORATORISTA	1,368,965.75	1,300,517.46	1,235,491.59	1,173,717.01
LABORATOR. POLICIAL	1,368,965.75	1,300,517.46	1,235,491.59	1,173,717.01
LABORATOR. DE NECROPSIA	1,368,965.75	1,300,517.46	1,235,491.59	1,173,717.01
LABOR. POLICIAL	2,151,175.78			
LABORATORIO	2,330,583.84			

ANEXO II

TABELA XVII POLICIA MILITAR

VIG. NOVEMBRO DE 1992

POSTO OU GRADUACAO	INDICE	S O L D O
CORONEL	1.000	2,702,385.80
TENENTE-CORONEL	.913	2,467,278.28
MAJOR	.872	2,356,480.44
CAPITAO	.800	2,161,908.66
1o. TENENTE	.731	1,975,444.04
2o. TENENTE	.658	1,778,169.87
ASP. A OFICIAL	.532	1,437,669.28
SUBTENENTE	.532	1,437,669.28
1o. SARGENTO	.477	1,289,038.04
2o. SARGENTO	.447	1,207,966.47
3o. SARGENTO	.427	1,153,918.75
CABO	.382	1,032,311.39
SOLDADO 1a. CLASSE	.370	999,882.76
SOLDADO 2a. CLASSE	.350	945,835.04
ALUNO DE 3o. ANO	.477	1,289,038.04
ALUNO DE 2o. ANO	.447	1,207,966.47
ALUNO DE 1o. ANO	.427	1,153,918.75

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

TABELA XVIII

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 1

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	3,516,417.63	3,631,123.28	3,750,069.86	3,873,391.84	4,001,255.36	4,133,833.06	4,271,291.67
101	3,873,391.84	4,001,255.36	4,133,833.06	4,271,291.67	4,413,820.12	4,561,597.66	4,714,817.37
102	4,271,291.67	4,413,820.12	4,561,597.66	4,714,817.37	4,873,605.84	5,038,405.17	5,209,199.73
103	4,714,817.37	4,873,605.84	5,038,405.17	5,209,199.73	5,386,281.86	5,569,989.14	5,760,262.02
104	5,209,199.73	5,386,281.86	5,569,989.14	5,760,262.02	5,957,649.44	6,162,308.27	6,374,504.87
105	5,760,262.02	5,957,649.44	6,162,308.27	6,374,504.87	6,594,527.03	6,822,653.84	7,059,180.86
106	6,374,504.87	6,594,527.03	6,822,653.84	7,059,180.86	7,304,426.89	7,558,708.47	7,822,362.84
107	7,059,180.86	7,304,426.89	7,558,708.47	7,822,362.84	8,093,727.59	8,379,161.77	8,673,044.44
108	7,822,362.84	8,093,727.59	8,379,161.77	8,673,044.44	8,977,752.45	9,293,687.23	9,621,262.25
109	8,673,044.44	8,977,752.45	9,293,687.23	9,621,262.25	9,960,909.91	10,313,068.14	10,678,202.76
110	9,621,262.25	9,960,909.91	10,313,068.14	10,678,202.76	11,056,794.41	11,449,329.45	11,850,330.36

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

FUNCOES GRATIFICADAS

F.G.	V A L O R
10	4,742,532.12
9	4,147,715.60
8	3,556,898.91
7	2,964,082.20
6	2,405,315.54
5	1,924,252.05
4	1,764,794.97
3	1,411,835.67
2	864,039.36
1	576,026.14

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

CARGOS DE CONFIANCA

CARGOS CONF.	V A L O R
10	9,621,262.25
9	8,673,044.44
8	7,822,362.84
7	7,059,180.86
6	6,374,504.87
5	5,760,262.02
4	5,209,199.73
3	4,714,817.37
2	4,271,291.67
1	3,873,391.84

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

TABELA XIX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	1,391,612.19	1,401,529.11	1,473,852.55	1,518,257.23	1,561,200.31	1,607,965.92	1,656,612.31
202	1,518,257.23	1,561,200.31	1,607,965.92	1,656,612.31	1,707,230.19	1,759,890.50	1,814,673.19
203	1,656,612.31	1,707,230.19	1,759,890.50	1,814,673.19	1,871,670.69	1,930,967.76	1,992,660.61
204	1,814,673.19	1,871,670.69	1,930,967.76	1,992,660.61	2,056,843.03	2,123,617.48	2,193,084.94
205	1,992,660.61	2,056,843.03	2,123,617.48	2,193,084.94	2,265,362.14	2,340,556.22	2,418,782.56
206	2,193,084.94	2,265,362.14	2,340,556.22	2,418,782.56	2,500,170.33	2,584,843.02	2,672,939.03
207	2,418,782.56	2,500,170.33	2,584,843.02	2,672,939.03	2,764,587.41	2,859,936.80	2,959,136.37
208	2,672,939.03	2,764,587.41	2,859,936.83	2,959,136.37	3,062,338.27	3,169,711.84	3,281,418.14
209	2,959,136.37	3,062,338.27	3,169,711.84	3,281,418.14	3,397,639.94	3,518,544.36	3,644,336.89
210	3,281,418.14	3,397,639.94	3,518,544.36	3,644,336.89	3,775,210.09	3,911,362.76	4,053,014.73
211	3,644,336.89	3,775,210.09	3,911,362.70	4,053,014.73	4,200,308.02	4,353,710.45	4,513,219.55
212	4,053,014.73	4,200,308.02	4,353,710.45	4,513,219.55	4,679,174.65	4,851,826.00	5,031,448.11
213	4,513,219.55	4,679,174.65	4,851,826.00	5,031,448.11	5,219,325.06	5,412,748.94	5,615,020.77

VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1992

TABELA XX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	1,380,834.56	1,406,477.87	1,443,789.98	1,482,491.57	1,522,601.15	1,564,230.39	1,607,442.89
302	1,482,491.57	1,522,601.15	1,564,230.39	1,607,442.89	1,652,227.20	1,699,676.36	1,746,854.56
303	1,607,442.89	1,652,227.20	1,699,676.36	1,746,854.56	1,796,822.92	1,848,648.00	1,902,403.78
304	1,746,854.56	1,796,822.92	1,848,648.00	1,902,403.78	1,958,156.56	2,015,982.12	2,075,959.62
305	1,902,403.78	1,958,156.56	2,015,982.12	2,075,959.62	2,138,166.34	2,202,685.36	2,269,603.86
306	2,075,959.62	2,138,166.34	2,202,685.36	2,269,603.86	2,339,012.69	2,411,001.09	2,485,666.86
307	2,269,603.86	2,339,012.69	2,411,001.09	2,485,666.86	2,563,106.69	2,643,429.08	2,726,733.37
308	2,485,666.86	2,563,106.69	2,643,429.08	2,726,733.37	2,813,141.05	2,902,758.08	2,995,709.61
309	2,726,733.37	2,813,141.05	2,902,758.08	2,995,709.61	3,092,115.62	3,192,105.42	3,295,817.61
310	2,995,709.61	3,092,115.62	3,192,105.42	3,295,817.61	3,403,381.20	3,514,946.98	3,630,662.87
311	3,295,817.61	3,403,381.20	3,514,946.98	3,630,662.87	3,750,682.66	3,875,160.39	4,004,269.52
312	3,630,662.87	3,750,682.66	3,875,160.39	4,004,269.52	4,135,179.23	4,277,066.22	4,421,119.31
313	4,004,269.52	4,135,179.23	4,277,066.22	4,421,119.31	4,570,529.48	4,725,497.92	4,886,223.05

Trata o presente Anteprojeto de Lei de reajuste salarial a ser concedido ao funcionalismo em geral, nos meses de outubro e novembro do corrente ano.

O Governo do Estado com o firme propósito em manter, como vem fazendo até agora, seus compromissos em dia, propõe a concessão e o pagamento do reajuste, de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral do Estado.

O reajuste proposto, em duas parcelas, na forma do Anteprojeto de Lei em anexo, decorre do cumprimento de disposições constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento), das receitas líquidas correntes, e do dispositivo que determina o pagamento dos servidores até o último dia do mês.

O Anteprojeto de Lei contempla o funcionalismo em geral, com um índice de reajuste de 56,25% (cinquenta e seis vírgula vinte e cinco por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de outubro de 1992 e outros 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre os valores já corrigidos em outubro, a partir de 1º de novembro de 1992.

Em relação ao magistério de 1º e 2º graus, a presente proposta tem como principal objetivo continuar a correção da distorção salarial da categoria. Assim sendo, a este segmento do funcionalismo está se concedendo um reajuste de 62,50% (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento) a partir de 1º de outubro de 1992 e mais 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre os valores de outubro, a partir de 1º de novembro de 1992.

Aos cargos de provimento em comissão propõe-se um reajuste de 62,50% (sessenta e dois vírgula cinquenta por cento), sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º de outubro de 1992 e mais 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de novembro de 1992, sobre os valores vigentes em outubro de 1992.

Os servidores do Quadro Geral do Estado, estatutários e celetistas, embora constituam um segmento representativo da força de trabalho, na medida em que totalizam 35.000 servidores, apresentam a menor média de remuneração dentre os quadros que compõem o Poder Executivo.

Estes servidores que, atuando em todos os órgãos, representam a base da estrutura do Estado, não têm tido ao longo do tempo, tratamento salarial adequado.

Assim é que, quadros especiais têm conquistado uma série de benefícios, inclusive constitucionais, elevando desta forma suas médias de remuneração e acentuando ainda mais a defasagem existente entre estes Quadros e o Quadro Geral.

Para corrigir estas distorções, o presente Anteprojeto de Lei propõe para a base do Quadro Geral um reajuste de 59,50% (cinquenta e nove vírgula cinquenta por cento), no mês de outubro, como forma de recuperar a defasagem decorrente da fixação do novo salário mínimo, e mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores de outubro, a partir de 1º de novembro de 1992, totalizando 99,37% (noventa e nove vírgula trinta e sete por cento).

As demais categorias integrantes desse Quadro, propõe-se um reajuste de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de outubro de 1992, e mais 53,36% (cinquenta e três vírgula trinta e seis por cento), sobre os valores de outubro, a partir de 1º de novembro de 1992.

Propõe-se, ainda, uma reestruturação da tabela única de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro Geral do Estado, com a supressão do Padrão I-IV e J-IV, passando, desta forma, a ter somente 03 (três) padrões para o Grupo Ocupacional Profissional e de Médicos e Odontólogos. Em decorrência dessa alteração, prevê-se, também, os critérios de enquadramento desses servidores nos Padrões I-III e J-III, respectivamente.

Para o magistério de 3º grau, o reajuste proposto é de 36% (trinta e seis por cento) a partir de 1º de outubro de 1992, e mais 56,46% (cinquenta e seis vírgula quarenta e seis por cento) a partir de 1º de novembro de 1992, sobre os valores de outubro. A proposta tem por objetivo corrigir a defasagem existente, aproximando a remuneração dos docentes aos demais técnicos de nível superior.

Em relação ao pessoal do fisco estadual, o presente projeto de lei prevê alteração do prêmio de produtividade, elevando o número de quotas para até 600 (seiscentos).

A proposta visa dotar a Coordenação da Receita do Estado de mecanismos gerenciais tendentes a elevar a produtividade fiscal. A elevação do número de quotas beneficiará somente aqueles agentes fiscais que realizarem atividades além das exigidas e que, realmente, aumentem a produtividade fiscal.

As carreiras de Procurador do Estado e de Delegado de Polícia que, entre outras, estão afetadas ao limitador constitucional, deixará de ser observado o percentual entre as respectivas classes quando da aplicação do referido limite, deixando, assim, de existir outros limitadores que não sejam a remuneração de Secretário de Estado acrescida de 35% (trinta e cinco por cento) a qualquer título.

A necessidade de valorizar o pessoal da área cultural e artística levou a administração a propor novas tabelas salariais

aos integrantes do Ballet Teatro Guaíra e da Orquestra Sinfônica do Paraná.

Propõe-se, também, a instituição de outras duas gratificações aos integrantes do Ballet e da Orquestra, sendo uma delas a ser atribuída aos servidores no desempenho de determinadas funções, e outra, na forma de ajuda de custo, de natureza indenizatória, para a manutenção de instrumentos e vestuário dos músicos.

O Anteprojeto propõe, igualmente, autorizar o Poder Executivo a rever ou instituir gratificações de atividade objetivando alcançar, tanto quanto possível, a isonomia salarial com os demais Poderes.

MENSAGEM Nº 84/92.

Curitiba, 22 de outubro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender dispêndios com a transferência de recursos a Entidades filantrópicas, destinados a

despesas de capital.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I		ANEXO NO.		CRS 1.000,00	
I	I	INATUREZA I		IL I	IN DOI
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	I PROCI
I	I	IDESPESA I	IRI		ICOP I
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 0901	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA	I	I I I		I I
I	ICIVIL	I	I I I		I I
I 2758	I APOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL	I	I I I		I I
I	IE CULTURAL	I 4331.00	I 00 I I I	5.500.000	I 0564 I
T O T A L I				5.500.000 I	
I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
I		ANEXO NO.		CRS 1.000,00	
I	I	INATUREZA I		IL I	
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	
I	I	IDESPESA I	IRI		IL
I 1700	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 1701	I PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I I I		I I
I	IE MULTISETORIAIS	I	I I I		I I
I 1050	I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I I I		I I
I	I- RMC	I 4130.00	I 00 I I I	5.500.000	I 0564 I
T O T A L I				5.500.000 I	

A Diretoria Legislativa.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de manutenção da estrutura do DEAM, contratação de estagiários, recuperação de materiais permanentes, manutenção de serviços informatizados pela CELEPAR e aquisição de equipamentos de informática já autorizados.

1 SUPLEMENTACAO A N E X O

ANEXO

(a) ROBERTO REQUIAO.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SUMULA: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

1 SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O

1.

FL 01

UKS 1,000,00

ANEXO

ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IFTIDI	VALOR	IN.DO	IPROC	ICOP
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA							
	ADMINISTRACAO - ENTIDADES							
	VINCULADAS							
2252	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE							
	ADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM							
2793	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE							
	ADMINISTRACAO DE MATERIAL	3120.00	190	IL	200.000			10473
		3131.00	190	IL	50.000			10473
		3132.00	190	IL	300.000			10473
		3132.04	190	IL	550.000			
		4120.00	190	IL	400.000			
TOTAL					1.500.000			

1 ACRESCIMO
1 DA RECEITA

ANEXO II

FL 01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES DO DEAM		
1990.05.99	SalDOS de exercicios anteriores - Recursos Diversos	90	1.500.000
	TOTAL		1.500.000

A Diretoria Legislativa.

ção dessa egrégia Assembléia Legislativa,
reitero a Vossas Excelências as expressões
do meu mais alto apreço e consideração.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		PL. 01	
I ANEXO A				CRS 1.000,00	
I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	VALOR	IN. DOI
I	I	IDESPESA	IFTIDI		IPROCI
I	I	I	IRJ		ICOP I
I 3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 3066	IFUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA	I	I I I		I I
I 2636	IDESENVOLVIMENTO DAS ARTES CENICAS	I	I I I		I I
I	IE DA MUSICA	I	3132.00I40ILI	1.000.000	I4515I
I 2637	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I I
I	IFUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA	I	3120.00I40ILI	1.030.000	I4515I
I	I	I	3132.00I40ILI	2.075.788	I4515I
I	I	I	4120.00I40ILI	264.000	I4515I
		T O T A L I		4.369.788	I

ACRESCIMO
DA RECEITA

ANEXO II

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
1390.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	40	3.443.159
1600.99.00	Outros Servicos	40	820.841
1990.05.99	Saldo de Exercicios Anteriores - Recursos Diversos	40	105
TOTAL			4.369.788

A Diretoria Legislativa.

Mensagem nº 87/92

Curitiba 23 de outubro de 1992

Senhor Presidente

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 358.0000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883 de 26 de dezembro de 1991 visando atender despesas com o convênio realizado com o Programa Nosso

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei

Art 1º Fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883 de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
ANEXO NO.				CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
1100	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I I
I	IE DO COMERCIO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
1101	GABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I I
2536	PROMOCAO DE PRODUTOS PARANAENSES	I	I I I		I I
I	I- PROGRAMA NOSSO	I	3132.00100ILI	358.000	1067
TOTAL				358.000	I

A Diretoria Legislativa.

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
I		ANEXO NO.				CRS 1.000,00		I	
-----*									

I		I		INATUREZA		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		I		I		I</			

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO		FL. 01		
		ANEXO NO.		CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DC	
I	I	I DA	IFTIDI		IPROC	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP	I
I 2500	IADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO -	I	I I I		I	I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFA	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 2501	IENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I	I I I		I	I
I 2689	IATENDIMENTO A PROGRAMAS ESPECIAIS	I 4130.00	I00ILI	13.400.000	I0470I	I
T O T A L				13.400.000	I	

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01		
		ANEXO NO.		CRS 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DC	
I	I	I DA	IFTIDI		IPROC	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP	I
I 1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I	
I	I E DO COMERCIO	I	I I I		I	I
I	I	I	I I I		I	I
I 1102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
I 2572	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA UEL	I 4311.02	I00ILI	1.450.000	I0470I	
I 2573	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA UEPG	I 4311.02	I00ILI	610.000	I0470I	
I 2574	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA UEM	I 4311.02	I00ILI	1.450.000	I0470I	
I 2575	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA UNICENTRO	I 4311.02	I00ILI	200.000	I0470I	
I 2576	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA UNIOESTE	I 4311.02	I00ILI	300.000	I0470I	
I 2589	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DO TECPAR	I 3212.03	I00ILI	500.000	I0470I	
I 1103	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I
I 2537	IADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA	I	I I I		I	I
I	I- SEIC	I 4120.00	I00ILI	200.000	I0470I	
I	I	I 4192.00	I00ILI	10.640	I0470I	
I	I	I 4261.00	I00ILI	127.680	I0470I	
I 1104	ICOORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR	I	I I I		I	I
I 2538	IPLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO	I	I I I		I	I
I	I ENSINO SUPERIOR	I 3132.00	I00ILI	4.000.000	I0470I	

CONTINUA

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02		CRS 1.000,00	
I		ANEXO NO.					
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	
I		I		I		I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 03	
I		ANEXO NO.		CRS 1.000,00	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	
I		I		I	

REDUÇÃO	ANEXO IV	FL. 01
DA RECEITA	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
1712.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00 500.000
TOTAL		500.000

REDUÇÃO	ANEXO V	FL. 01
DA RECEITA	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
12412.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00 1.450.000
TOTAL		1.450.000

REDUÇÃO	ANEXO VI	FL. 01
DA RECEITA	FUNDACAO UNIVERSIDADE EST. DE PONTA GROSSA	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
12412.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00 610.000
TOTAL		610.000

REDUÇÃO	ANEXO VII	FL. 01
DA RECEITA	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT VALOR
12412.01.01	Recursos da Arrecadacao do Tesouro	00 1.450.000
TOTAL		1.450.000

REDUÇÃO		ANEXO VIII		FL. 01	
DA RECEITA		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EST. DO CENTRO-OESTE		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
12412.01.01	Recursos da Arrecadação do Tesouro	00	200.000		
T O T A L			200.000		

REDUÇÃO		ANEXO IX		FL. 01	
DA RECEITA		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EST. DO OESTE DO PR		Cr\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR		
12412.01.01	Recursos da Arrecadação do Tesouro	00	300.000		
T O T A L			300.000		

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 1237/92, do Senhor LUIZ CARLOS DELÁZARI - Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que visa a reestruturação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, com a finalidade de estabelecer condições que permitam atender as determinações trazidas pela Carta Constitucional. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1279/92, do Senhor LUIZ CARLOS DELÁZARI - Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de setembro de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 108/92, do Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador daquele Tribunal, nos meses de outubro e novembro de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 109/92, do Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem

como, os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a partir de 1º de outubro de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1634/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta nos meses de outubro e novembro de 1992, os níveis dos vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1718/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Procurador Geral, Auditores e Procuradores daquele Tribunal, nos meses de outubro e novembro de 1992. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 498/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar seja abonada a falta do dia 26 de outubro aos trabalhos parlamentares, tendo em vista que este Deputado nesta data, cumpre compromissos junto ao eleitorado da Região.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência meus sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, indicamos o nome do Deputado RENATO ADUR para substituir o Deputado José Tavares como membro da CPI dos Transportes, em decorrência do fato do anterior indicado ter passado a ocupar a pasta da Justiça do Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência, protesto de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 284/92 (Mensagem n° 82/92), de autoria do Poder Executivo, que autoriza a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE-PR, no montante de Cr\$ 523.396.302.889,67 (quinhentos e vinte e três bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e oitenta e nove cruzeiros e sessenta e sete centavos), na data base de 07.07.92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 283/92 (Mensagem n° 81/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.701.040.000,00 (um bilhão, setecentos e um milhões e quarenta mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, visando atender às prioridades essenciais e indispensáveis à manutenção da entidade.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182

do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 286/92 (Mensagem n° 80/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos, na atividade de administração geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 285/92 (Mensagem n° 79/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, visando atender despesas de manutenção da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, levando-se em consideração o Art. 132, parágrafo 3°, VI, do Regimento Interno, licença de 10 (dez) dias, para tratamento de saúde, a partir de 26 de outubro do corrente ano, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) CARLOS SIMÕES

"ATESTADO

Atesto que o Dep. Carlos Xavier Simões

deverá se afastar de suas atividades por 10 (dez) dias a partir de 26/10/92. Por motivo de saúde.

Curitiba, 26/10/92.

Dr. José Martins Orso
CMR 6.356"

REQUERIMENTO N° 1600

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do médico Dr. PAULO ABDALLA, ocorrido no domingo dia 25 de outubro, na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Médico Paulo Abdalla, nascido em julho de 1950, mudou com os pais para Francisco Beltrão, em meados da década de 50. Filho do Médico Kit Abdalla e de Dona Marly Abdalla, completou seus estudos básicos em Curitiba e formou-se pela Escola de Medicina da Universidade Federal do Paraná, depois do que fez diversas especializações no País e no Exterior.

Casado com Marina Cortes Abdalla, também médica, deixou dois filhos - Alessandro, 17 anos e Tiago, 12 anos. Clinicando em Francisco Beltrão há vários anos, colaborava com a Administração do Município, prestando serviços no Centro de Saúde local, contratado pela atual administração.

De profunda formação cristã, o facultativo Paulo Abdalla conquistou toda a população de Francisco Beltrão. A todos atendia com especial e dedicada bondade, ajudando seu ministério com a força da esperança que sempre soube semear nos corações dos que a ele entregaram seus males de saúde.

Granjeou incontáveis e sólidas amizades e sua morte, ocorrida em circunstâncias inesperadas - devido a acidente aviatório, consternou toda a população beltronense que lhe prestou justa e penhorada homenagem à qual associamos o Poder Legislativo do Paraná, pela aprovação unânime dos seus ilustres membros.

REQUERIMENTO N° 1601

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do empresário Abdul Polmann, ocorrido no domingo dia 25 de outubro, na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em São Joaquim/SC, a 26 de ju-

nho de 1943, ABDUL POLMANN mudou-se para o Sudoeste do Paraná com a família, por volta de 1956.

Radicado em Francisco Beltrão desde então, ali mesmo iniciou e completou seus estudos básicos.

Casado com dona Isolete Daros Polmann, deixa também três filhos: Abdul Junior, 21 anos, Betânia, 18 e Fábio, 15 anos.

Empresário respeitado, iniciou-se profissionalmente como funcionário da conceituada empresa Empretec Ltda., de Francisco Beltrão, desta tornando-se sócio em meados da década de 80.

Desde cedo ligado a várias atividades esportivas, sempre colaborou com as associações desportivas locais, dedicando-se especialmente à aviação de lazer. E foi praticando vôo de ultraleve, que encontrou a morte - violenta e inesperada pela circunstância.

O falecimento de Abdul Polmann consternou a Cidade de Francisco Beltrão que a ele prestou sincera homenagem.

Associamo-nos às manifestações de pesar como Membro do Poder Legislativo do Paraná que fazemos presente pelo voto unânime dos ilustres pares.

REQUERIMENTO N° 1602

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PESAR pelo trágico falecimento de Laurindo Flavio Scopel - antigo morador, importante empresário e respeitado político de Santo Antonio do Sudoeste, ocorrido na noite de 21 de outubro passado, vítima de mal cardíaco quando regressava de viagem a Curitiba feita em companhia de outras autoridades daquele Município.

Sala das Sessões, em 26.10.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Laurindo Flavio Scopel - nascido em 5 de agosto de 1945 na Cidade de Colorado-RS, mudou sua residência para Santo Antonio do Sudoeste - juntamente com os demais familiares - já no ano de 1953, iniciando imediatamente sua vida profissional ativa na nova cidade. Ajudou o seu avô Jeronimo Longhi em sua casa comercial, ao mesmo tempo que fazia o seu curso primário. Transferiu-se para Curitiba para iniciar seu curso ginásial, o qual concluiu em Santo Antonio do Sudoeste; onde cursou o 2° grau (científico).

Desde cedo dedicou-se aos negócios da família.

Em 1962 viu-se à frente da direção dos negócios os quais, sem dúvida, prosperaram satisfatoriamente. Em 1970 casou-se com dona Evany, matrimônio que lhe deu três

filhos: Flávio Cesar, Jeferson Luiz e Marina Emilia.

Participou ativamente da vida social, cultural e religiosa do Município, onde granjeou respeito e amizades, carinhosa admiração e entusiasmado apoio; sempre foi espontâneo em suas demonstrações de alto espírito de homem público preocupado com todos os segmentos da população, especialmente os menos favorecidos.

Por duas vezes exerceu o Mandato de Vereador, elegeu-se vice-Prefeito em 1988, participou ativamente da Administração Municipal no período de Governo que se está encerrando e postulou sua candidatura ao cargo de Prefeito nas Eleições deste 1992, alcançando expressiva votação para colocar-se em segundo lugar por pequena margem de diferença de votos.

Reconhecido por sua honradez, profundo senso ético, pela inabalável honestidade de princípios e pelo grande amor ao povo do seu Município, Flávio Scopel marcou com grandioso sulco, sua passagem pela existência, maior parte da qual em Santo Antônio do Sudoeste que, em reconhecimento, lhe prestou inesquecível e justíssima homenagem, às quais associamos o Poder Legislativo Paranaense através da manifestação unânime dos seus ilustres membros.

Em Tempo: da aprovação do presente solicita-se seja dada ciência a família enlutada, no seguinte endereço: Rua Ramalho Piva, 248, Bairro de Entre Rios, Santo Antônio do Sudoeste.

Pede ainda que seja comunicado o Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do citado Município sobre este requerimento.

REQUERIMENTO 1603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem Rogério Wallbach Tizzot, solicitando explicações detalhadas sobre os procedimentos, bem como datas, valores, início de obras, previsão de entrega para uso público, que estão sendo adotados pelo Governo do Estado no que diz respeito às obras do chamado Trevo do Posto Presidente, localizado em Ponta Grossa, e que incorrerá na construção de novos viadutos e alças do trevo, localizado na intersecção das Rodovias BR 376, BR 373, PR 151, Avenida D. Pedro II e Avenida Souza Naves, naquele Município.

As obras se revestem de urgência, ante o perigo que apresentam as confluências do Trevo tanto para pedestres, quanto motoristas, e continuam sendo ansiosamente aguardadas pela comunidade pontagrossense

e motoristas usuários de sete vias de acesso e saída para diversos pontos do estado, os quais variam assim solucionado um dos principais problemas de tráfego existente no perímetro urbano de Ponta Grossa e que já ceifou muitas vidas, permanentemente palco de acidentes.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os próprios termos do presente justificam-no plenamente.

REQUERIMENTO N° 1605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, com a finalidade de liberar recursos financeiros para aquisição de uma ambulância para o Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação, Elias Abrahão, solicitando que seja agilizado o processo de liberação de diplomas aos que concluíram o curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Camões, aqui em Curitiba, ministrou o curso acima descrito, sendo que a primeira turma concluiu em julho de 1991; vindo a descobrir posteriormente que tal curso não havia sido regularizado. Sendo regularizado em 29 de abril do corrente ano pela Resolução n° 1291/92 da Secretaria Estadual de Educação; apesar disto os diplomas das pessoas que haviam concluído anteriormente à regularização não foram liberados até o momento.

Portanto pede-se que seja agilizado para que tais pessoas possam exercer suas funções adequadamente.

REQUERIMENTO N° 1607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Alberto Faraco, e ao Senhor Diretor do Hospital de Clínicas da UFPR, Osmar Martins, solicitando a constituição do Conselho Local de Saúde do Hospital de Clínicas.

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A 1ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba realizada em setembro de 1991, deliberou pela criação dos conselhos locais de saúde, que têm como tarefa precípua a fiscalização e o controle das ações e serviços prestados pela(s) unidade(s) de saúde de sua abrangência e daqueles que lhes servem de referência, tendo caráter deliberativo em relação às ações e atividades que dependam exclusivamente da unidade a que está vinculado. Por similitude com a Lei Federal nº 8142 que regulamenta a criação dos Conselhos Federal, Estadual e Municipal de Saúde, sugerimos que o Conselho Local a ser criado respeite os critérios de paridade entre usuários e prestadores dos serviços, que tenha caráter deliberativo e autonomia em relação aos organismos governamentais e patronais.

O presente requerimento fundamenta-se no princípio da democratização do Sistema Nacional de Saúde, emanado da 8ª Conferência Nacional de Saúde, consolidado na Constituição Federal de 1988, e reafirmado pelas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, que define a necessidade de um Sistema Único de Saúde capaz de enfrentar o grave e crônico quadro sanitário nacional.

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do anexo artigo do economista e jornalista Joelmir Beting, publicado no Jornal do Estado de São Paulo, edição de 21 do corrente mês de outubro, com o título "Desvio de Rota".

Sala das Sessões, em 26.10.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de matéria de grande atualidade, em que o conhecido e consagrado economista e jornalista Joelmir Beting analisa com serenidade e competência a atuação da UNE-União Nacional dos Estudantes, em relação à política de privatizações do Governo. Ao focalizar o "desvio de rota", em que incide a entidade estudantil, lembra o autor que o peso das estatais tem consequências trágicas para o País e que os estudantes deveriam concentrar suas atenções em campanhas e ações contra a corrupção nos Governos e a favor da ética na política, como fizeram com extrema competência por ocasião do "impeachment" do Presidente Fernando Collor, assim como em defesa da melhoria de qualidade do ensino.

Assim, pela clareza e oportunidade do tema, a transcrição do artigo merece acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se nas dependências do Poder Legislativo, o Sr. Luiz Henrique Bona Turra, suplente de Deputado que assumirá a vaga deixada pelo Sr. Deputado José Tavares, nomeado pelo Senhor Governador do Estado para exercer o cargo de Secretário de Justiça e da Cidadania e convocado para assumir, por esta Presidência.

Para acompanhar até a Mesa, o Senhor Luiz Henrique Bonaterra, designo os Senhores Deputados Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Valdir Rossoni e Dr. Rosinha.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra vai prestar o juramento.

Os Senhores Deputados e as pessoas aqui presentes, queiram ficar em pé.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Presta juramento)

"Prometo guardar a Constituição Federal, e Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem estar do nosso Estado.

Assim o prometo".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa Presidência declara empossado no cargo de Deputado Estadual, o Deputado Luiz Henrique Bonaterra, e convida-o para que tome assento na sua Bancada nesta Casa de Leis.

A Mesa suspende por cinco minutos a Sessão para que os Senhores Deputados possam cumprimentar o novo Deputado.

(É suspensa a sessão)

Está reaberta a Sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Por delegação do Líder do Governo e do PMDB nesta Casa, o nobre Deputado Orlando Pessuti, eu trago à análise desta Assembleia Legislativa do Paraná, um artigo publicado na "Folha de São Paulo", ainda no dia 25 de dezembro de 1990, nas folhas 3, portanto, há quase dois anos, artigo de autoria do Professor Fábio Konder Comparato, que é Advogado, Doutor pela Universidade de Paris e Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e autor da obra "Para Viver a Democracia".

O Professor Fábio Konder Comparato, neste artigo, traz ao conhecimento da Nação brasileira a interpretação da nova Constituição deste País, promulgada em 5 de outubro de 1988 - a chamada Constituição Cidadã, pelo saudoso Ulysses Guimarães.

É a Constituição que incorporou novos

direitos individuais e também coletivos como amparo à cidadania e deu novo enfoque de modernidade democrática neste País.

Por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é da maior atualidade e da maior importância jurídico-sócio-econômico este artigo do Professor Fábio Konder Comparato intitulado:

"A PROPRIEDADE OU A VIDA

Fábio Konder Comparato

Num país tido como abençoado pela natureza, com um povo que se julga bom e generoso, impera o total desrespeito pela vida humana. Não é de se admirar que o novo populismo tenha escolhido a introdução (oficial, bem entendido) da pena de morte como sua mais recente proposta de combate. O episódio do despejo dos moradores da Vila Socialista, em Diadema, mostra tragicamente essa verdade incômoda e prefigura, de modo sinistro, o extermínio de grandes parcelas populacionais, que o Plano Collor vem lançando aos esgotos da sociedade.

O mais exasperante em tudo isso é que a exemplo da Canudos, a repressão sangrenta da multidão andrajosa não encontra nenhum responsável. O Judiciário e o Executivo devolvem, um ao outro, o saldo de dois mortos e de mais de uma centena de feridos como se estivessemos diante de um cataclisma natural, sem autores nem cúmplices de rosto humano.

(Essas mortes são com respeito aos moradores da Vila Socialista em Diadema, na época do artigo, em 1990. Não estamos ainda comentando aqui o massacre do Carandiru onde foram mortas 11 pessoas).

É preciso reconhecer que nesse conflito negativo de responsabilidades, a posição dos juízes é sempre a mais cômoda, mas, nem por isso, é mais dissensável. Não é verdade que o Judiciário haja se limitado nesse caso, como tantos outros semelhantes - a aplicar a constituição e as leis do País. A atual constituição apesar do esforço em contrário de muitas constituintes não coloca a propriedade acima da vida humana; não dá ao proprietário o privilégio de defender seu patrimônio à custa da sobrevivência alheia, em condições mínimas de dignidade.

Se faz algum sentido declarar - e por duas vezes! - que a propriedade deve atender a sua função social (Constituição art. 5º, § 23; art. 170, inciso 3), é inadmissível que os juízes acolham a pretensão de expulsão de dezenas de famílias que se instalaram em imóveis inaproveitados por seus proprietários. Afinal o abuso do direito é considerado como ato ilícito no próprio código civil (art. 160, Inciso 1), sendo certo que as disposições do direito privado por mais técnicas e tradicionais que sejam, não podem ser entendidas e aplica-

das à margem dos princípios e regras constitucionais.

Por outro lado escusa lembrar que o dever judicial de aplicar a lei segundo os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum (Lei de Introdução do Código Civil, art. 5º) não é um simples conselho legal de boa vontade, mas um preceito fundamental de exercício não abusivo ao poder judicante. É tão precarizador o juiz que esconde a sua pusilaminidade por trás do formalismo legal, quanto o policial que mata sob a falsa alegação de resistência da vítima.

Por outro lado é preciso reafirmar com veemência o princípio de que a manutenção da ordem pública com o emprego se necessário, da força policial é atribuição constitucional exclusiva do Poder Executivo. Ao emprestar o concurso da força armada para dar cumprimento a mandados judiciais, a administração pública não atua como mero agente do Judiciário, mas como poder Independente, em harmonia com a ação dos demais poderes (Constituição, art. 2º).

Foi exatamente por isso que o Conselho de Estado francês, em jurisprudência consolidada, reconheceu que a administração pública é legitimada a retardar e mesmo a se recusar a cumprir mandados quando o emprego da força policial é suscetível de perturbar gravemente a paz pública e a ordem social, cuja manutenção é dever precípua do Executivo.

A proclamação desses princípios só reforça a responsabilidade do Executivo no emprego da força pública para dar cumprimento às ordens judiciais. Seria uma ilusão que a polícia pudesse invocar a existência de um mandado expedido por juiz para matar e aleijar a discricionariedade com tem feito desde sempre em nosso meio.

Mas a responsabilidade da administração pública, na situação colossal de miséria em que vivemos e que tende inexoravelmente a agravar-se - não pode se limitar a isto.

É indispensável e urgente que o governo lance mão dos remédios heróicos para tentar minorar o desespero das massas famélicas; a requisição de bens e a desapropriação.

Convém assinalar que, quando a Constituição menciona a requisição de bens para atender as situações de iminente perigo público (art. 5º, inciso 25), ela não está focalizando, apenas, casos de calamidades naturais, mas, de modo amplo, todas as situações que envolvem grave risco para a saúde e a sobrevivência de largas parcelas da coletividade.

Assim, se o proprietário de Imóveis desocupados não lhes dá uma destinação conforme às necessidades coletivas, o po-

der público pode e deve forçá-lo a desempenhar seu dever social de proprietário, para neles alojar famílias sem teto. Quanto à expropriação nunca é demais lembrar que se o expropriado não vem cumprindo a função social inerente ao seu direito, seria manifestamente abusivo que pudesse obter uma indenização correspondente ao valor venal do bem desapropriado. A desapropriação por interesse social não pode, de forma alguma equiparar-se às demais, pois ela carrega em si um componente manifestável de sanção contra o proprietário. O que se pede enfim, o que se exige, é que todos os que foram investidos na função pública, e que estão portanto legitimadas a exercer poder sobre outros homens, tenham um mínimo de respeito pela vida humana.

FÁBIO KONDER COMPARATO - 54 - Advogado, doutor pela Universidade de Paris (França) e professor titular da Faculdade de Direito da USP e autor de "Para Viver a Democracia".

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, solicito o horário da Liderança do PMDB.

(Assentimento).

Era isto Senhor Presidente, Senhores Deputados o pronunciamento, o artigo de grande indagação, de grande profundidade jurídica do Prof. Fábio Konder Comparato, mostrando que este País vive hoje uma nova realidade jurídica conforme preceitua também a sua nova Constituição que é a Lei Básica deste País e que precisa ser por todos nós respeitada em toda a sua plenitude.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Longa caminhada até podermos aqui da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, expressar os interesses e os reclamos do povo que com todo o esforço desta Casa nunca foram suficientemente pronunciados e venho aqui no órgão colegiado me integrar, ao meu Partido PMDB, e as demais representações partidárias para expressar os grandes interesses das classes populares e trabalhadoras do nosso estado e para poder cooperar para junto dos demais colegas parlamentares podermos romper a malha de determinações que relegam o nosso Estado a segundo plano no nível nacional.

Podemos também conceder projetos de alto sentido popular e sentido social e repercutirmos aqui as grandes políticas de vanguarda Senhor Presidente, Senhores De-

putados, o Paraná em que pese essa malha de determinações tem conseguido implementar nas diversas áreas.

O Paraná é vanguarda na defesa da cidadania.

O Instituto do Ombudsman é uma realidade que se fez na capital e que se faz hoje no Estado, e que se reproduz no plano nacional.

Venho da Direção do Departamento de Obras. Lá operamos a mais revolucionária sistemática nos processos de licitação. Posso com segurança afirmar aos meus colegas Deputados e ao Senhor Presidente que, com a prática, de procedimentos licitacionais que adotamos, com a concepção e o corte que fizemos na engenharia de custo e na engenharia de qualidade, o Paraná hoje é vanguarda nessas três grandes temáticas estruturantes e estruturais no setor de obras públicas. Somos também vanguarda na política de urbanismo. Somos também vanguarda na resistência, sempre entendendo que antes obedecendo a Deus e aos homens, é preciso num Estado que tem tanta terra e tanto trabalho assegurar terra e trabalho para os nossos trabalhadores.

Assim, Senhor Presidente, chegamos à Assembléia depois de uma longa trajetória à frente dos movimentos populares, do movimento universitário e na organização do meu partido. E viemos aqui para somarmos, para agregar esforços para que de fato o Poder Legislativo do Estado que hoje também é referência nacional, porque não é preciso ir muito longe para compreender as carências de outros Estados da Federação que aqui vêm buscar subsídios, que aqui vêm buscar as suas luzes. Mas viemos também para ter coragem. Coragem e independência, para, nesta Casa, podermos contribuir com o Poder Executivo de modo crítico para que, de fato - os nossos programas, os programas de obras públicas, os programas no campo das grandes políticas públicas e sociais, possam se concretizar.

Vamos estar aqui, alertas, para que o nosso Governo, para que as forças e instituições aqui no nosso Estado, possam cumprir adequadamente o seu papel, possam, enfim, ficar vigilantes na defesa dos grandes interesses populares.

É preciso, na expressão do velho Ulysses, Senhor Presidente, compreender que de todas as virtudes a principal delas é, com certeza, a coragem, porque sem a coragem todas as demais virtudes na adversidade se vão. Sem a coragem não há espaço para honestidade na adversidade. Sem a coragem não há espaço para a decência. E é isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós estamos aqui conscientes da provisoriedade do exercício do nosso mandato. Mas, também estamos conscientes de que essa provisoriedade não justifica atos

precários, não justifica atos menores e nem justifica timidez.

Assim, quantos dias nos derem aqui nesta Casa, nós vamos procurar sempre contribuir para conceder as grandes políticas do Estado. E é assim que nós, nos próximos dias, traremos à apreciação desta Casa, o Programa Paraná Já que foi o Programa que nos deu mais de 2 mil votos nas últimas eleições.

Nós traremos a proposta de que a Assembléia Legislativa do Estado possa constituir, com os seus Partidos políticos, com as organizações institucionais internas da Assembléia Legislativa e em conjunto com as universidades e com a comunidade científica, o Centro de Altos Estudos Estratégicos do Estado do Paraná para conceber o programa, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado e os Planos de Desenvolvimento Integrados Regionais que sobrevivam a nós e aos governos, e que possam, de fato, fincar raízes e referências para as grandes políticas públicas do Paraná do ano dois mil.

É assim, Senhor Presidente, que com muita honra e também consciente da provisoriedade desse exercício, nós viemos aqui para agregar e recuperar velhos projetos de outros grandes parlamentares que aqui estiveram.

E tenho certeza de que essa nossa convivência ao lado de políticos experientes, ao lado de políticos combativos, ao lado de políticos das diversas tendências e orientações ideológicas, tenho certeza que ao sairmos daqui sairemos ainda melhor, sairemos ainda mais preparados para ao lado do nosso povo, continuarmos a grande luta pelas transformações sociais, políticas e econômicas que o nosso Estado e o nosso País estão a exigir.

Sr. Nilton Barbosa - Concede-me um aparte?

Eu queria em nome da nossa Bancada, Bancada do Partido Social Trabalhista e em nosso nome, cumprimentá-lo pela sua posse e dizer de que há muito conhecemos o seu trabalho, conhecemos a sua trajetória, já participamos inclusive, de debates e embates ao seu lado e podemos aqui afirmar aos companheiros, que talvez eu conheça pouco, da sua coragem da sua luta.

Tenho certeza que Vossa Excelência vem para esta Casa para exatamente somar, somar a grandes companheiros que aqui militam, que aqui participam dos trabalhos na defesa de um Estado maior, de um Estado melhor, de um Estado mais justo.

Então, eu quero em nosso nome e em nome da nossa Bancada dar-lhe as boas vindas e colocar o nosso partido, Partido Social Trabalhista, que temos como Presidente o ex-Governador Álvaro Dias, a vossa dispo-

sição, e também em nome dele dar-lhe os parabéns pela sua posse, a você, a sua esposa e aos seus familiares que aqui vieram assistir de perto.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu agradeço o Deputado e também a Bancada do PST.

O Sr. Renato Adur - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Bona Turra, é uma satisfação recebermos em nome do nosso Partido, o PMDB, mais um companheiro batalhador como o Deputado Nilton Barbosa já frisou.

A sua luta já é conhecida, o seu trabalho frente ao DECOM, como militante do Partido, como colaborador, e sempre dando a sua contribuição ao partido, à democracia neste País.

Em nome da Vice-Liderança do PMDB, nós queremos dar as boas vindas. Vossa Excelência que vem substituir, vem no lugar de um Deputado tão brilhante como o Deputado José Tavares, que tanto honrou esta Casa, eu tenho certeza que Vossa Excelência corresponderá plenamente pela sua garra, pela sua luta, pela sua determinação e pelos seus princípios.

Seja bem-vindo, em nome dos companheiros do PMDB recebemos de braços abertos a Vossa Excelência e, temos certeza, teremos um grande colaborador, um grande companheiro também atuando e trabalhando em prol do Paraná nesta Casa de Leis.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Espero poder corresponder à expectativa da Bancada e também dos demais membros desta Casa.

O Sr. Élio Rusch - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Meu caro companheiro e amigo Bona Turra, nós que somos, que somos da região Oeste do nosso Estado, que elegemos no último pleito cinco Deputados Estaduais, e dois Deputados da nossa região, nesse último pleito municipal Deputado Dobrandino, de Foz do Iguaçu, e Corazza, de Toledo, foram felizes nas suas jornadas e chegaram a se eleger, a partir de 01 de janeiro do próximo ano irão deixar a Assembléia Legislativa.

E a Vossa Excelência que vem em substituição ao Deputado José Tavares, vem recuperar ao menos uma parte daquilo que o Oeste do Paraná tem perdido com a eleição dos últimos Prefeitos Municipais. Nós, desta forma vamos novamente para quatro Deputados e temos certeza que mais um Deputado da nossa região também vai se unir.

Estaremos ao seu lado, Deputado Bona

Turra, para que juntos possamos defender os interesses da nossa região para que o Oeste do Paraná realmente ocupe a sua posição que de merecido, de certo deve exercer e ocupar o nosso Estado.

Seja bem-vindo e conte com este Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu agradeço, Deputado Élio, e tenho certeza de que o Oeste do Estado, região das mais representativas da economia e com uma população das mais trabalhadoras, terá também em nós uma voz permanente e combativa.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Companheiro Deputado Bona Turra, em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista desejamo-lhe boas vindas e a esperança de que juntos neste Parlamento possamos trabalhar pelos interesses do Paraná.

Seja bem-vindo e êxito a você.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu quero em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, saudar o seu ingresso nesta Casa, nós que já o conhecemos desde o tempo de militante do movimento estudantil. Conhecemos a sua postura política e ideológica, e saudamos o seu ingresso nesta Casa na expectativa e na certeza de que a Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná terá com a sua presença um perfil mais progressista, de um Deputado comprometido com as causas e com os interesses populares da grande maioria da população como aliás sempre foi a sua pregação ao longo da sua trajetória política.

Sabemos também dos seus compromissos com o Governo do Estado, a Bancada a qual V.Exa. faz sua parte de sustentação a esse Governo, mas nós temos a certeza que seu ideário é mais forte do que qualquer outra coisa.

Então nós o saudamos em nome da Bancada do PT e temos a certeza de que teremos um aliado das causas populares nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu agradeço as palavras do Deputado Ernani e é sempre revelador observar que, mesmo na saudação, o espírito crítico da Bancada do Partido dos Trabalhadores também se faz revelar. Mas como os compromissos da nossa Bancada e os compromissos do nosso Governo são compromissos com os interesses populares nós vimos aqui reforçar esses interesses.

Permitiria-me, Senhor Presidente, con-

cluir, agradecendo a manifestação dos nossos colegas Parlamentares, das representações partidárias, agradecendo e afirmando de novo muito positivo de que nós aqui nunca vamos perder a referência principal para nossos Partidos e para mim que são as ruas.

Chegamos aqui com votação expressiva porque vinda dos estratos humildes, dos estratos dos trabalhadores, das classes médias e populares do nosso Estado. E é não perdendo a referência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós aqui vamos exercer com dignidade esse mandato para corresponder à expectativa das representações políticas aqui nessa Casa e para sobretudo corresponder às expectativas que vêm da rua, e as ruas exigem mudanças, as ruas estão a exigir transformações, as ruas estão a exigir compromissos populares. E é assim que nós aqui nesta Casa e dessa tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos continuar combatendo um bom combate para que o Paraná e o Brasil possam, de fato, ingressar no rumo do desenvolvimento político, social e econômico.

Agradeço a oportunidade de, dessa tribuna, fazer a nossa estréia aqui na Assembléia e afirmar que como bons companheiros vamos estar juntos nas horas difíceis e também nas horas alegres como essa de estréia nessa Casa, mas eu sei que as lutas que se avizinham no campo e na cidade, as lutas dos homens da periferia e as lutas dos homens rurais estão a exigir postura e combatividade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa se associa às manifestações de Plenário em recebendo o nobre Deputado Luiz H. Bona Turra como mais um companheiro de trabalho, e eu tenho absoluta certeza Deputado Luiz H. Bona Turra que V.Exa. cheio de ideais, com uma vontade férrea de trabalhar vai honrar esta Casa.

Desejo-lhe boas vindas.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Passamos ao horário das Lideranças. PST com a palavra.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PL.

Com a palavra o Deputado Colombino Grassano,

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os fatos que vêm ocorrendo no Paraná envolvendo os Poderes Executivo e Judiciário, com reflexo no comportamento dos Senhores Deputados, precisam e devem ser analisados em toda a sua extensão, se é que desejamos que o Poder Legislativo seja independente, mantendo a competente harmonia com os demais.

Interferindo diretamente em assuntos privativos do Poder Judiciário, vem o Executivo imprimindo diretrizes, estabelecendo níveis salariais, propondo estranha isonomia e chegando, para isso, ao clímax em vincular os vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná aos dos Secretários de Estado.

Passivamente o Poder Judiciário, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Contas aceitaram indébita interferência, abrindo mão das suas autonomias e em consequência, atrelando-se ao Executivo, acatando suas decisões e percebendo vencimentos através da política por ele ditado.

Por ocasião da apreciação dos vetos aos projetos oriundos do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Procuradoria Geral da Justiça, assistiu-se a uma ação comandada pelo Palácio Iguazu, no contato telefônico direto feito pelo Senhor Governador do Estado com vários Parlamentares que até então mantinham-se independentes, apreciando projetos, mensagens e até comportamentos, com extrema cautela, já que representam o espírito de oposição. Muitos atenderam ao apelo governamental e os 14 votos dados pela rejeição dos vetos significaram uma tímida reação às manobras do Executivo.

Tem, é verdade, o Poder Executivo, o direito de solicitar apoio, voto e até solidariedade de todos os Deputados.

O que se lamenta é o fato de que os entendimentos não se fazem através dos partidos políticos, o que seria prática saudável no regime democrático, mas em acertos individuais. Os cargos são preenchidos pelo PMDB, o Tribunal de Contas tem alterado sua composição com pessoas intimamente ligadas ao chefe do Poder Executivo, recrutando-as das fileiras peemedebistas.

Aos parlamentares que são sua adesão resta o direito de reivindicar para seus municípios os benefícios que deveriam ser distribuídos equitativamente, pois todas as comunas participam do recolhimento de impostos ao erário e são credores de tais benefícios.

Esta análise que fazemos não significa crítica a qualquer parlamentar, que age de acordo com seus princípios e se promove acordo - julga-os necessários à sua sobrevivência política e aos benefícios que possa colher pelo seu comportamento.

Preocupa-nos a independência do Legislativo, o fato de a maioria ditar as normas desta Casa, desrespeita o Grupo Parlamentar minoritário que sequer dialoga sobre Projetos, não consegue emendá-los embora respeitem os princípios constitucionais.

Dezena de vezes vimos pregando a necessidade de alterar o Regimento Interno, que embora de vigência recente, está eivado de falhas, com artigos conflitantes, permitindo as mais diferentes interpretações.

Apresentamos o Projeto de Resolução que tomou o nº 11188 na Sessão Ordinária de 11 de novembro do ano passado, baseando no disposto no art. 224, que diz "O Regimento Interno só poderá ser modificado por meio de Projetos de Resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor Parecer sobre qualquer Projeto nesse sentido. Os parágrafos 1º e 2º, estabelecem a forma de sua tramitação.

As grandes divergências nesta Casa tem sido em torno da urgência para votação das Mensagens e Projetos.

Chega-se ao desprazo de requerer urgência a Projetos que declaravam de Utilidade Pública, entidades assistenciais.

Se nós não adotarmos mecanismos que possibilitem um diálogo com o bloco da maioria, que no futuro poderá ser minoria, estaremos permanentemente em choque, divergindo, reclamando e os nossos apelos não obtêm ressonância.

Tomamos a liberdade de ler o Projeto de Resolução e a respectiva justificativa, esperando que a Comissão Executiva, que teve quase 1 ano de tempo para analisar o Projeto de Resolução, proceda à sua tramitação (Lê):

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

SÚMULA: Altera a redação dos artigos 182 - Capítulo V - Da Urgência - do Regimento Interno.

Art. 1º - O art. 182 - Capítulo V - Da Urgência -, do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 182 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja considerada até sua decisão final e poderá ser requerida quando:

I - Tratar-se de providência para atender calamidade pública.

II - Pretender-se a apreciação da matéria na mesma sessão.

§ 1º - O requerimento de urgência somente poderá ser submetido a deliberação do Plenário se for apresentado por:

- I - Dois terços dos membros da Mesa, quando se tratar de matéria da competência desta;
- II - Dois terços dos Líderes em exercício de cada representação partidária ou de Blocos Parlamentares;
- III - Dois terços dos membros da Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição.

§ 2º - O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada por um Líder, Relator ou Deputado que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de cinco minutos. Nos casos do inciso I e III, do § 1º, orador favorável será o membro da Mesa ou de Comissão designado pelo respectivo Presidente.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

DEPUTADO COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Verificando-se diuturnamente as proposições sujeitas a deliberação da Assembléia Legislativa, observa-se que, face a plethora de pedidos de urgência, é necessário estabelecer-se um maior cuidado com a coleta de dados e informações, bem como, depois disso, trabalhar na clareza dos textos postos em debate para, afinal, se ter um projeto dentro da boa técnica legislativa.

Nem as Comissões podem pretender o exagero do contido na Constituição Italiana que, para acelerar a elaboração legislativa, inovou em um dos seus artigos permitindo Comissões permanentes parlamentares, como que numa delegação interna "corporis", em como está posto no atual Regimento pois que "a delegação" constitui uma anomalia - pois confere a uma fração do legislativo a elaboração de lei - o fato de confiar a um só Deputado - como está no atual Regimento - o poder de dar impulso célere a qualquer projeto sem pesquisar da sua maior ou menor importância para a vida do Estado e da Sociedade, é critério com o qual não se compadece nem a lei e nem a ordem e pelo contrário atenta contra o prestígio e a dignidade dos Parlamentares.

Apelamos às Lideranças nesta Casa, representadas por Orlando Pessuti do PMDB, Costenaro Neto, PFL, Geraldo Cartário, PST, Hermas Brandão, PSDB, Paulo Maia, PDT, Dr. Rosinha, PT, Nelson Justus, PRN, Erondy Silvério, PTB, para que com o seus apoiantes ao projeto de resolução, permita-se que alterando parte do Regimento Interno, se ofereça aos Parlamentares a oportunidade do diálogo franco, onde os

líderes poderão sentar-se à mesa das negociações, garantindo-se melhor qualidade de projetos e dando ao menos nesta etapa, a independência de que tanto carece o Legislativo.

A Comissão Executiva foi eleita através da união das Bancadas que não se alinhavam ao Governador eleito. Isso não significa, que mantenha uma posição de intransigente independência ou de oposição radical. Também não gostaríamos que assim procedesse.

Esperamos, contudo, que investida em funções excepcionais, garanta aos Parlamentares que compõem a minoria, condições dignas para que possam exercer com respeito e dignidade seus mandatos, porque em qualquer Parlamento no mundo - direitos são assegurados aos que compõem a minoria.

Assim não ocorrendo, estaremos todos sujeitos às imposições da maioria, votando apressadamente o que nos coloca à frente, e vendo - e isso é extremamente lamentável - ruir um a um todos os pilares que sustentam este Poder.

Prometemos guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que nos foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado.

E só tem uma maneira de nos mantermos fiel ao que prometemos - lutar com todas as nossas forças pela total independência deste Poder - para que não ocorram profundas divergências com os demais, que enfraquecidos, propiciarão a nossa derrocada.

Temos compromisso com a história e nossa passagem, a passagem de todos nós Deputados, pela Assembléia Legislativa não poderá ser caracterizada pela omissão, pela fragilidade de nossas posições e sobretudo, pelo alheamento aos projetos que precisam determinar a nossa total independência.

A história haverá de nos julgar e ela será implacável, se falharmos, se nos acomodarmos, se colocarmos os interesses pessoais acima do Poder Legislativo e do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos visto em nosso País, após a posse de Collor, a privatização de inúmeras empresas estatais, e isto tem se dado com pouca manifestação da sociedade civil.

É bom lembrarmos que estas empresas estatais foram construídas e desenvolvidas

com a presença de 43 Senhores Deputados

Sobre a mesa Ofício nº 498/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra constante do expediente, solicitando abono de falta na Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua região. **A Diretoria Legislativa para anotar**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti na qualidade de Líder do PMDB constante do expediente indicando o nome do Senhor Deputado que irá compor a CPI dos Transportes. **A Diretoria Legislativa para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões constante do expediente, solicitando licença por 10 (dez) dias, a partir desta data para tratamento de saúde, conforme atestado em anexo. **Aprovado.**

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério que denomina de Erasmo Pilotto o Instituto de Educação do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/92 de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO AO MENOR - CAOM com sede e foro na cidade de Cascavel. Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor ADOLFO BLEY Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Em votação.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)
Queremos registrar, como já o fizemos em Sessão passada voto contrário a esse projeto de lei por desconhecermos a vida do Senhor Dr. Adolfo Bley até porque na Ordem do Dia, segundo a justificativa do projeto do Deputado Luiz Carlos Martins: "Para melhor ilustrar esta proposta estamos anexando cópia do seu "curriculum vitae" que bem demonstra a afirmação do seu trabalho pelos seus semelhantes" Nós não vimos publicado na Ordem do Dia e não temos conhecimento do referido senhor, por isso nós registramos o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam conser-

vem se como estão.

Aprovado artigo por artigo

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 277/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que institui o Dia do Engenheiro de Segurança no Trabalho do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva que declara de Utilidade Pública a Associação Espírita de Amparo à Criança "Geraldo Figueiredo" com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/92. de autoria do Deputado ANIBAL KHURY que altera o nome do Município de Vila Branca para Doutor ULYSSES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA (Public. no D.A. nº 145 de 20.10.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 289/92

P A R E C E R.

O presente plano de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade alterar o nome do Município de Vila Branca para Doutor Ulysses

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontra que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL

É o parecer

Sala das Comissões, em 22 10 92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Em Votação

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nós fomos convocados hoje para uma reunião extraordinária da Comissão de Justiça. Eu me surpreendi quando, na Comissão de Justiça, o primeiro projeto a ser relatado era esse projeto de lei do Município de Vila Branca. E para nossa maior surpresa verificamos que estava publicado na Ordem do Dia de hoje, o Parecer da Comissão de Justiça mas não passou esse projeto na Comissão de Justiça até hoje de manhã quando este Parecer foi publicado. Ele foi publicado na Ordem do Dia de hoje com assinatura do Presidente da CCJ do Relator Oswaldo Trevisan, com mais duas assinaturas de Deputados e o mesmo não havia, ainda, sido relatado na Comissão de Justiça.

Ficamos surpresos com essa convocação extraordinária, urgente da Comissão de

durante décadas com o dinheiro público. Portanto, elas constituem patrimônio nacional e são patrimônios valiosos e pertencem a todo o conjunto da sociedade.

As estatais atuam sobretudo em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como é o caso dos serviços de água, energia, telecomunicações, saneamento, fertilizantes e siderúrgicas. E um dos objetivos fundamentais dessas empresas é a garantia desses serviços que são essenciais para toda a população. Por isso seus lucros devem estar subordinados ao papel social que desempenham. Isto não significa que estas empresas estatais estão isentas do rígido controle social de suas finanças, de seu patrimônio e do equilíbrio financeiro que elas necessitam ter.

O programa de privatização do Governo Collor era nocivo à sociedade brasileira e tal programa não foi revisto pelo atual Governo e é necessário que isto seja feito, pois este programa é um ataque à conquista da sociedade e de toda a população brasileira. É um escândalo social, político e econômico. E a estratégia do Governo é de tornar ineficientes todas estas empresas, maquiando seu desempenho financeiro ou agindo através da corrupção.

Se uma empresa estatal estiver dando prejuízo, temos certeza absoluta que ninguém do setor privado deseja ter esta empresa. Se ela dá prejuízo são duas as razões fundamentais: ou incompetência ou corrupção. Ambas podem e devem ser corrigidas pela sociedade e pelo Governo e fazer delas empresas lucrativas. Uma empresa com qualquer perspectiva de prejuízo, essas empresas jamais o setor privado as queriam.

Aqui no Paraná está sendo discutido a privatização da ULTRAFERTIL, empresa esta subsidiária da PETROBRAS. A ULTRAFERTIL produz uréia e amônia nitrogenadas, ou seja são fertilizantes que hoje são vendidos a apenas cinco grandes grupos econômicos e quando a empresa ULTRAFERTIL foi criada, foi com o desejo de que esses fertilizantes fossem vendidos diretamente ao produtor rural, fazendo com que os fertilizantes fossem mais baratos e a produção de alimentos, como consequência, também mais barato.

A ULTRAFERTIL é uma empresa lucrativa, apesar de toda a crise econômica que o País vive. A privatização dessa empresa elevará os custos destes produtos, da uréia e da amônia nitrogenadas, diminuirá os investimentos do setor e em consequência, aumentarão ainda mais os preços dos fertilizantes, e assim indiretamente os preços dos alimentos. A privatização destruirá o que poderia ser uma política importante de incentivo à agricultura só garantida pela intervenção do poder público, se a estatal

assim o continuar.

A ULTRAFERTIL está instalada em Araucária, emprega cerca de 650 trabalhadores e fatura anualmente, 91 milhões de dólares, recolhendo ICMS de 150 mil dólares. A privatização deste complexo industrial ameaça a produção agrícola do nosso Estado, pois a iniciativa privada dificilmente fará os altos investimentos que o setor exige. Outro dado importante que temos que ter em mente, cerca de 60% da produção mundial é feita pelas empresas estatais, sejam elas européias, principalmente, na sua grande parte.

Nos países europeus, a participação das empresas privadas que produzem fertilizantes ou se mantêm estáveis ou têm diminuído nos últimos anos, aumentando as empresas estatais. No Brasil, pelo contrário, querem passar estes serviços fundamentais para o setor privado.

É interessante termos em mente que foram feitas duas avaliações sobre o valor patrimonial da ULTRAFERTIL. Nessas duas avaliações, se chegou a uma diferença de 126% entre o preço que ora está colocada a estatal para ser vendida e o preço feito por uma outra empresa de consultoria. A avaliação é de 126%. A legislação em vigor proíbe o processo da privatização, quando a diferença é superior a 20%.

Portanto, é necessário que façamos reivindicações junto ao Governo Itamar, para que seja revisto este processo de privatização da ULTRAFERTIL e para isso, nós do PT, convidamos os Senhores Deputados, para amanhã, a partir das 9 horas, uma manifestação em frente à ULTRAFERTIL, ao lado da PETROBRAS em Araucária, para que seja revisto esse processo de privatização e que esta empresa, ao contrário do que ela já vem fazendo hoje, fornecendo os produtos e fertilizantes a simplesmente cinco grandes empresas multinacionais, que passe a vender esses fertilizantes direto ao produtor rural e tenho certeza que sairá mais barato o fertilizante indo direto ao consumidor, barateando o preço dos alimentos no nosso Estado.

A ULTRAFERTIL é lucrativa, a ULTRAFERTIL é considerada segurança nacional, poderíamos assim dizer, uma vez que ela contribui para a produção de alimentos e sabemos hoje que 70 milhões de brasileiros passam fome, de acordo com os dados do IBGE. É possível baratear alimentos, continuando a ULTRAFERTIL estatal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Justiça com o Parecer já aprovado pelo Presidente da Comissão, e o mesmo sempre o faz após a aprovação do Parecer em Sessão da Comissão, e o Projeto já publicado na Ordem do Dia de para ser votado hoje

Por todas essas razões entendemos que seja um desrespeito à Comissão de Justiça, da qual faço parte, quando se publica um Parecer sem ter sido relatado na Comissão e com 4 assinaturas de Deputados que, realmente, não fazem "quorum" na Comissão de Constituição e Justiça para aprovação, quando os membros são 15 o "quorum" é de 8 e no mínimo 5 deverão aprovar. E o mesmo não havia sido relatado na CCJ

Desta forma e por este fato queremos registrar a nossa insatisfação por esse desrespeito que no nosso entendimento, se teve para com a Comissão de Constituição e Justiça, ao publicar esse parecer desta forma.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, município, ou uma vila quando se cria ou quando começa a existir, atrás disso, ou daquelas pessoas pioneiras que numa comunidade, num certo território se implantam, elas têm uma história. E atrás disso vem o nome da localidade. O presente projeto propõe a mudança ou alteração do nome do Município de Vila Branca para Doutor Ulysses. No nosso entendimento é de que mesmo legalmente não sendo necessário. Srs. Deputados, e como atrás de um nome de uma cidade ou de uma vila sempre tem uma história que sempre está na cultura de um povo, nas raízes e às vezes até no sentimento daquela população, como, às vezes, até e temos exemplos que podemos citar, o da minha cidade chamada Dois Vizinhos, ela tem uma história. Os nossos pioneiros, com muito orgulho, contam à nossa população. Temos também o exemplo de Salto do Lontra, no Sudoeste do Paraná, em que o fato de terem ali um rio com um salto e a existência do animal lontra que vivia naquele rio, saltava naquele salto, daí nasce o nome do Município de Salto do Lontra.

Nós gostaríamos de ver consultada a população do Município de Vila Alta, mesmo que informalmente. Não queremos em nenhum momento, nem por uma vírgula, questionar a homenagem que o Deputado autor do Projeto apresenta ao grande brasileiro Doutor Ulysses Guimarães.

Nenhuma vírgula queremos questionar na homenagem ao homem que foi um baluarte da democracia, um grande político e um grande homem público deste País e que merece, na nossa avaliação, talvez muito mais, até, do que a homenagem de um município com seu nome. A Nação brasileira, eu tenho certeza, lhe deve muito. Mas, nós gostaríamos, Sr. Presidente, V.Exa. sendo o autor do Projeto, de solicitar pelo menos às informações e no Projeto não constam, e estamos

vendo pelo relato que fiz anteriormente, o atropelo com que o Projeto está na Ordem do Dia nós gostaríamos de solicitar de V.Exa. a retirada do Projeto no sentido de consultar o povo às lideranças, numa consulta como já disse informal porque poderão haver muitas pessoas lá no Município de Vila Branca que talvez até gostariam de opinar e dizer "sim" ou o porquê do sim da homenagem ao Dr. Ulysses Guimarães

Mas, entendemos que da forma como foi encaminhado mesmo sem uma lei que obrigue a consulta popular, nós estaríamos trazendo a participação daquela comunidade, e respeitando a opinião daquela comunidade, das suas lideranças, sobre o seu município. Pode ser que 90% ou 100% daquela população esteja de acordo e queira homenagear o saudoso Deputado Ulysses Guimarães. Mas, nós entendemos que esta consulta seria uma forma de valorizar a comunidade e até trazer a comunidade à discussão e a própria comunidade valorizar ainda mais, se assim entender, valorizar ainda mais o Projeto de Lei e a homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães.

Por isso, Senhor Presidente, nós gostaríamos de solicitar de Vossa Excelência, como autor do Projeto, a retirada do mesmo da Ordem do Dia, em função deste caso e da mesma forma, ou melhor, da forma como nos sentimos e declaramos, hoje, na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o Projeto constante da Ordem do Dia não consta como se tivesse sido aprovado pela Comissão de Justiça.

O meu assessor, aqui, às vezes é "faísca atrasada", e às vezes é "faísca adiantada". nesta, ele agiu como "faísca adiantada"

No que diz respeito a vontade popular, eu devo dizer a Vossa Excelência que alguns dias após o incidente com o Deputado Ulysses Guimarães, eu e o Governador Roberto Requião estivemos na Vila Branca, que não consta do mapa - lá consta Varzeão e lá tivemos a oportunidade de conversar com o Prefeito e com a maioria dos Vereadores, e eles ficaram felizes pela idéia de o seu Município ter o nome do Doutor Ulysses.

Nestas condições, mantenho o Projeto na Ordem do Dia. Os Senhores Deputados que votam a favor, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, nós queremos registrar o voto contrário da Bancada do PT, hoje, para revertermos a nossa posição na segunda votação,

de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem. Vossas Excelências é quem sabem. Eu acho que o Deputado Ulysses Guimarães merece esta homenagem.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu anunciei à Casa não ao que Vossa Excelência disse agora. Anunciei, no meu encaminhamento, que nós não questionamos nenhuma vírgula da homenagem ao Doutor Ulysses Guimarães. Queria registrar isso novamente aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não anunciou nenhuma vírgula, mas anunciou as reticências.

Sobre a mesa Requerimentos n°s 1600, 1601 e 1602, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. **Aprovados** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1593, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1564, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Lygia Pupatto e Ovídio Constantino, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Será encaminhado ao Secretário de Justiça.

Requerimentos n°s 1596, 1597, 1598 e 1599 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1603 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1594 de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1605 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1606, 1607 de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu quero registrar em nome da Deputada Emilia Belinati a sua ausência hoje e também no transcurso desta semana, visto estar acompanhando o seu esposo em cirurgia, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 27 à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 477/91.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 289/92.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 013/92, 206/92, 203/92, 259/92

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES EM SESSÃO DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 1992.

Desvio de Rota

Do Economista e Jornalista Joelmir Beting, publicado no Jornal "O Estado de São Paulo".

Com tantos e graves problemas na área da educação, a UNE prefere convocar os caras-pintadas para manifestações de rua contra a privatização. Que não é um problema. Bem ao contrário, é uma solução.

O Estado paquidêmico e anacrônico está sendo tratado a bisturi em todo o mundo - incluída a China comunista, onde os estudantes ainda são fuzilados em praça pública.

Exatamente por investir (e endividar-se) na produção de aço ou de energia, o Estado brasileiro ficou sem recursos para investir em educação, saúde, saneamento, habitação e segurança. Com quantos postos de saúde se faz uma Usiminas? Pois a assistência médica, no Brasil, virou um atentado aos direitos humanos. Dos doentes e também dos médicos. A qualidade do ensino no País come a poeira de meia centena de nações do Terceiro Mundo. Alguém já disse que no Brasil os professores fingem que ensinam, os estudantes fingem que estudam e os governantes fingem que pagam as contas.

O comando da UNE sabe que 65% do Orçamento da União está comprometido com o serviço da dívida das estatais? A cúpula estudantil sabe que as estatais, em bloco, reclamam investimentos anuais de US\$ 17 bilhões em projetos de ampliação e modernização? E que a União não consegue arru-

mar. nem US\$ 2 bilhões para pesquisa e ensino no ano que vem?

A prioridade política da UNE deve ser a guerra santa, sem trégua, por uma escola pública eficiente e suficiente, em todos os níveis. E, se é para aparecer nos telejornais, a UNE bem que poderia não deixar cair a peteca do movimento pela ética na política. Afinal, na cruzada contra a corrupção, o impeachment do Presidente Collor é um tiro de partida e não uma fita de chegada. Que tal uma nova bateria de

passeatas estudantis contra todos os corruptos que ainda infestam a chamada coisa pública?

A generosa vitalidade cívica dos caras-pintadas não pode ser desperdiçada por desvios de alvo: os corruptos devem estar comemorando a ridícula investida contra a privatização de estatais descartáveis. Eles vicejam à sombra de forças regressistas que integram a vanguarda do atraso. E na qual a UNE ensaia pegar carona.